



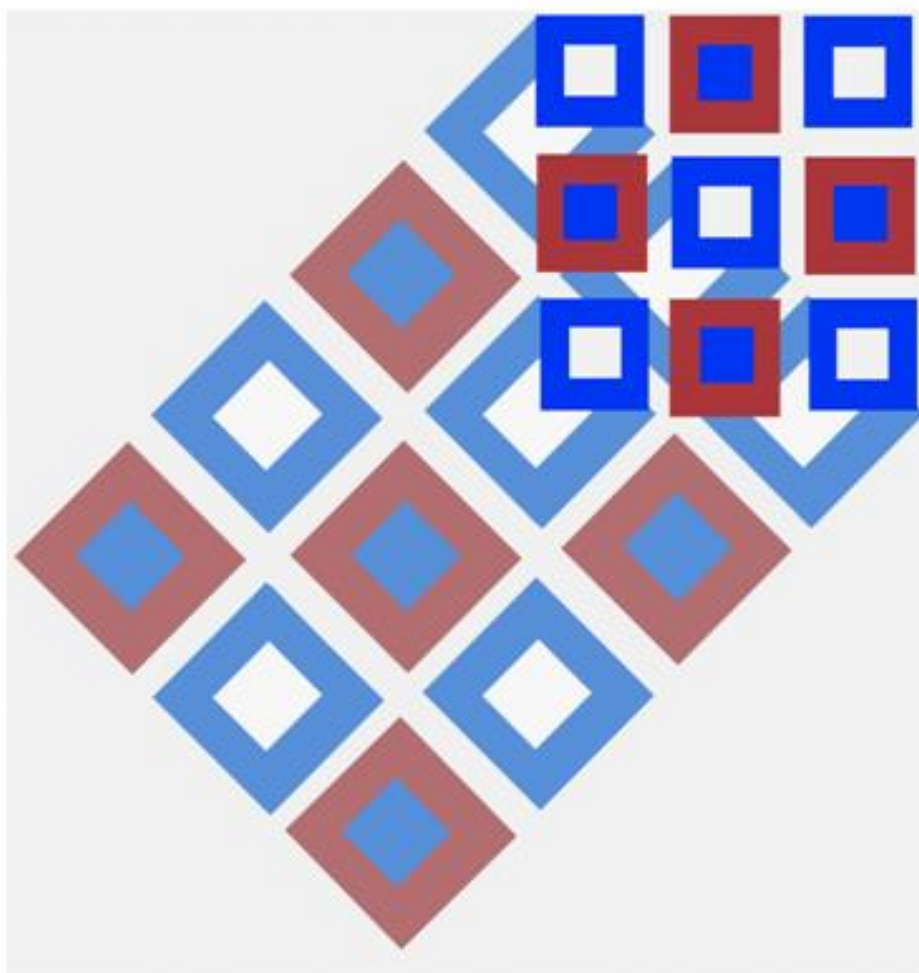
GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE,
EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2012



S.  R.

Gabinete de Estratégia e Planeamento

© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2012

Coordenação do GEP / MSESS

E-mail: cartasocial@gep.msess.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.msess.gov.pt

Coordenação Editorial:

Centro de Informação e Documentação GEP – CID

Praça de Londres, 2, 4.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 242

Fax: (+351) 211 155 258

E-mail: gep.cid@gep.msess.gov.pt

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP / MSESS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Equipa de Estudos e Políticas (EEP)

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

Equipa Técnica: Carina Metelo

Apoio Informático: Ana Gil

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MSESS)
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MSESS)
CPL – Casa Pia de Lisboa (MSESS)

Índice

1. Nota introdutória	4
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos	5
2.1 - Entidades Proprietárias.....	5
2.2 - Equipamentos Sociais	6
2.3 - Respostas Sociais	10
3. Respostas sociais por população-alvo	14
3.1 - Crianças e Jovens	14
3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência	24
3.3 - Pessoas Idosas	29
3.4 - Pessoas em Situação de Dependência	38
3.5 - Família e Comunidade	41
3.6 - Pessoas Toxicodependentes	44
3.7 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias	46
3.8 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	48
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: esforço público.....	50
ANEXOS.....	52
Nomenclaturas e Conceitos	53

1. Nota introdutória¹

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) no âmbito da ação social concorre para os *objetivos fundamentais de prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades*. De forma a garantir um retrato da RSES, a Carta Social tem-se constituído como instrumento privilegiado com informação mais relevante da dinâmica da Rede, fundamental na avaliação e definição das políticas sociais, no apoio ao planeamento e preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio essencial na linha de informação ao cidadão.

O GEP, com base no pressuposto de disponibilizar mais e melhor informação, vem promovendo a atualização da informação da Carta Social via eletrónica, possibilitando que as entidades de apoio social acedam a uma plataforma informática através da *internet* que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo este que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, diminui os encargos públicos daí decorrentes.

Nestas circunstâncias, o presente relatório, tendo por base a informação obtida por referência a 31 de dezembro de 2012, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das diferentes respostas sociais, entidades, equipamentos sociais de suporte e o apoio público conferido, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

O portal da Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt, com o objetivo de facilitar o acesso à informação ao cidadão, reúne os principais elementos de caracterização da RSES, objeto de atualização anual e permanente, facultando um retrato das respostas sociais disseminadas pelo território continental e outra informação relevante.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 - Entidades Proprietárias

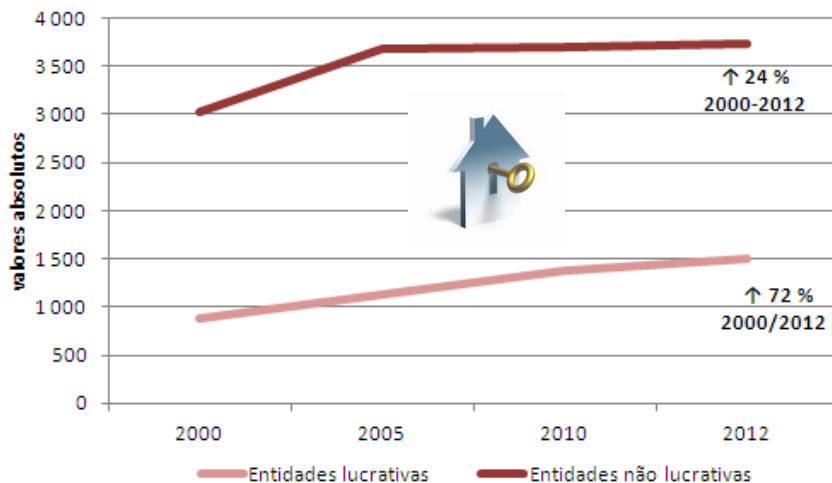
Considera-se entidade proprietária, no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), qualquer entidade, individual ou coletiva a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas

No contexto do relatório da Carta Social, as entidades proprietárias são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Na última década o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais registou um aumento assinalável. Ao nível das entidades lucrativas o crescimento atingiu 72 % no período 2000-2012, enquanto ao nível das entidades não lucrativas situou-se nos 24 %, valor que se apresenta com tendência de estabilização desde 2005.

Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente 2000-2012¹



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social;

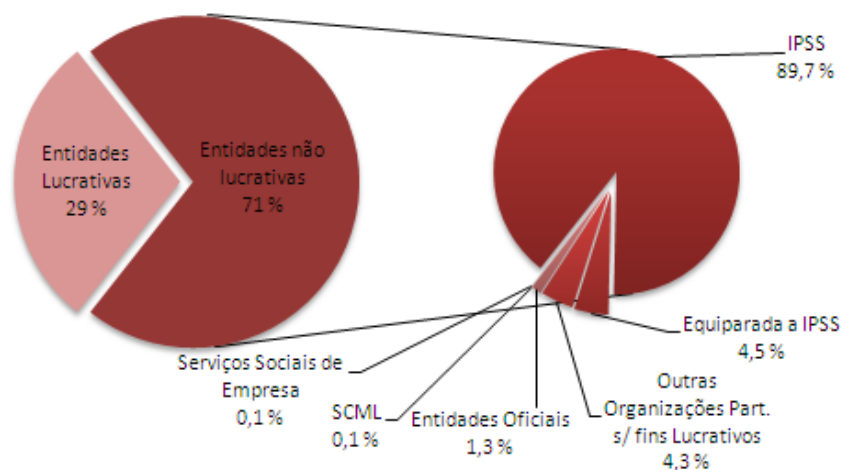
¹Nova série.

Ainda que nos últimos anos as entidades da rede lucrativa apresentem um incremento mais notório, as entidades da rede solidária continuam a constituir o suporte principal da RSES.

Em 2012, por referência a 31 de dezembro, identificaram-se em Portugal continental mais de 5200 entidades proprietárias de equipamentos sociais, representando as entidades não

lucrativas 71 % e as entidades lucrativas 29 % do universo. Do total das entidades não lucrativas, cerca de 90 % são IPSS.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente 2012¹



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social;

¹Nova série.

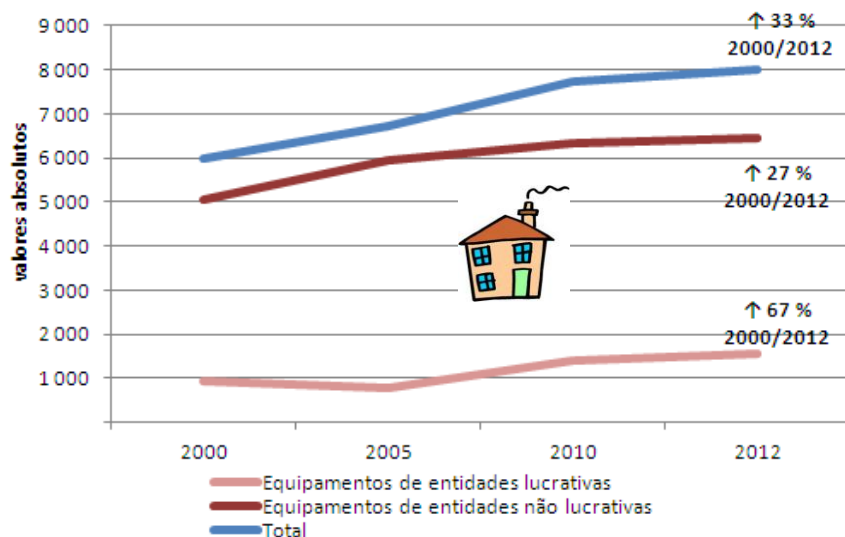
2.2 - Equipamentos Sociais

No âmbito da Carta Social considera-se equipamento social, toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes.

Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais apresenta em 2012, por comparação a 2000, um crescimento de 33 %, representando cerca de 2000 novos equipamentos, onde se destaca o peso dos equipamentos de entidades não lucrativas, sobretudo da rede solidária, no apoio às famílias nas suas diferentes vertentes.

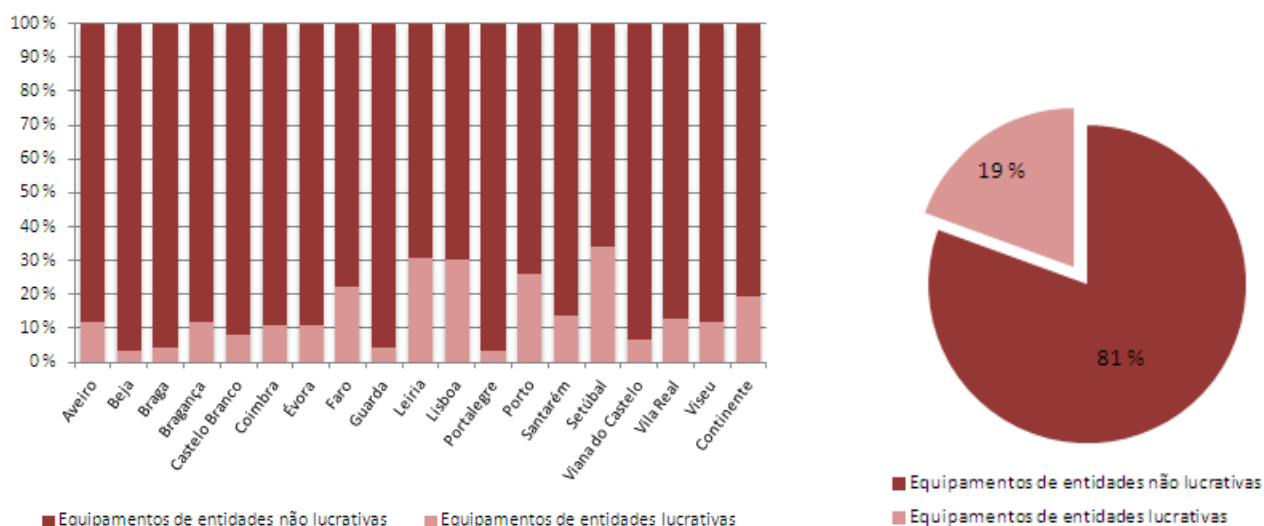
Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Na última década, os equipamentos de entidades não lucrativas registaram um incremento de 67 %, correspondendo à abertura de cerca de 1400 novos equipamentos desde o ano 2000. Embora com um peso mais reduzido, os equipamentos do setor lucrativo apresentam um crescimento de 27 % no período 2000/2012, observando-se a partir de 2005 um crescimento mais acentuado.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito e Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Em 2012, à semelhança dos anos anteriores, a maioria dos equipamentos sociais que compõem a RSES compreende equipamentos de entidades não lucrativas (81 %), dos quais 77% pertencem à rede solidária, face a 19 % de entidades lucrativas.

Os distritos de Setúbal (34,2 %), Leiria (31,1 %) e Lisboa (30,5 %) são os distritos com uma maior oferta de equipamentos da rede lucrativa, enquanto Portalegre (3,4 %) e Beja (3,6 %) representam os territórios com menor implantação destes equipamentos.

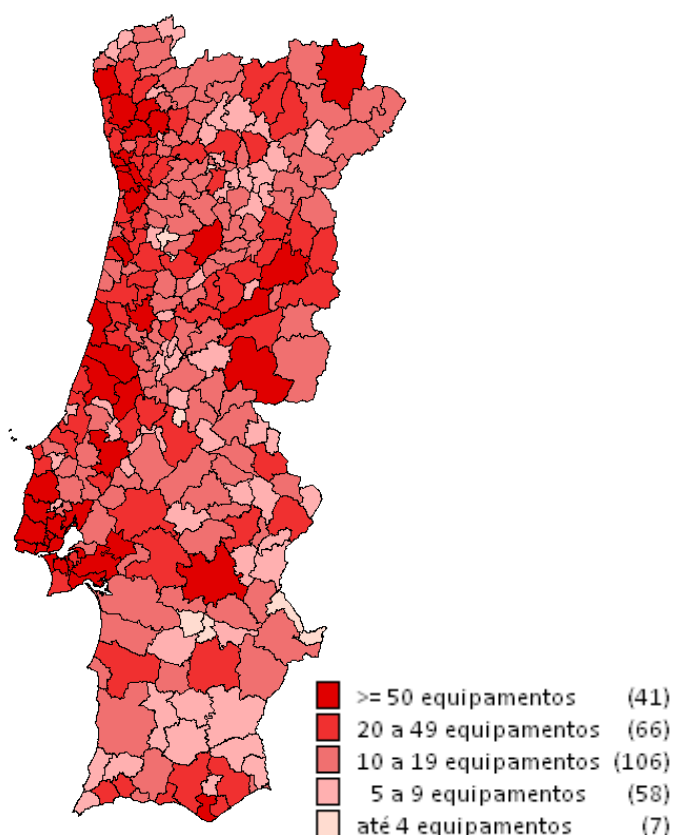
No ano de 2012, em média, por cada quatro equipamentos de entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública), corresponde um de entidades lucrativas, proporção semelhante à do ano de 2011, apresentando no entanto uma ligeira diminuição nos últimos anos.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho

A distribuição dos equipamentos sociais no território continental tem seguido o padrão de distribuição populacional, verificando-se alguma heterogeneidade entre os territórios da faixa litoral e do interior do país.

Todos os municípios do Continente (278) detinham em 2012 cobertura de equipamentos sociais, sendo que a maioria (213) tinha 10 ou mais equipamentos em funcionamento.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais, por concelho 2012



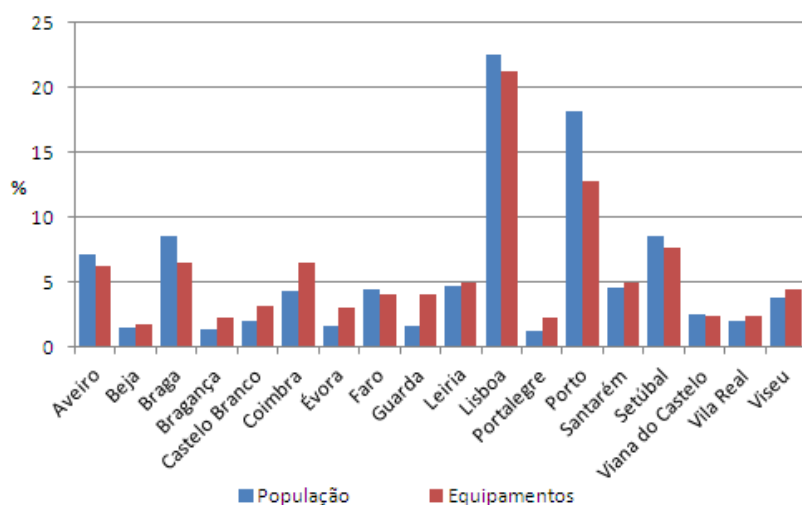
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Peso dos equipamentos sociais e da população residente por distrito

A distribuição do peso dos equipamentos sociais e da população residente por distrito revela a existência de algum equilíbrio.

Os distritos de Braga, Coimbra, Guarda e Porto apresentam as diferenças mais significativas entre o peso dos equipamentos e da população residente, podendo tal facto, estar relacionado com a própria dinâmica de abertura e encerramento de equipamentos.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, por distrito 2012

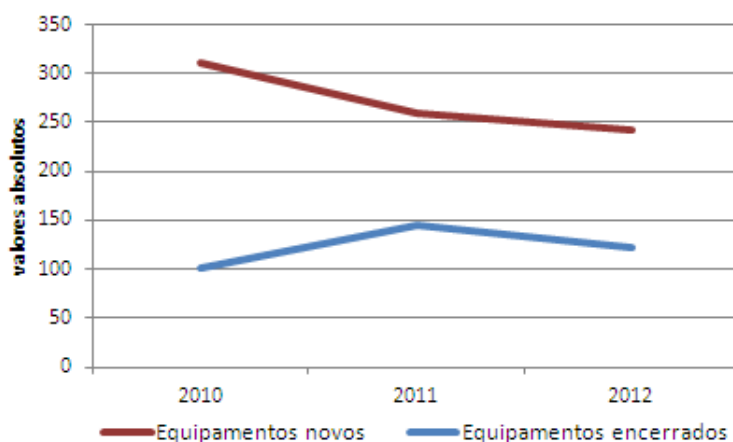


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.
INE, Estimativa da População Residente para 2012.

Equipamentos sociais novos e encerrados

O comportamento do número de equipamentos novos e encerrados revela algumas variações nos últimos anos. Ao nível dos equipamentos novos denota-se desde 2010 um decréscimo do número de novas estruturas, o que poderá estar relacionado com o atual contexto económico e financeiro e do fim do impulso do Programa de Alargamento de Rede de Serviços e Equipamentos (PARES). Relativamente aos equipamentos que encerraram, registou-se um aumento acentuado em 2011, decorrente de encerramentos compulsivos por situações de incumprimento. Entretanto no ano de 2012, o número de equipamentos que deixaram de funcionar registou uma quebra, provavelmente resultante de um maior nível de cumprimento das normas em vigor para este sector.

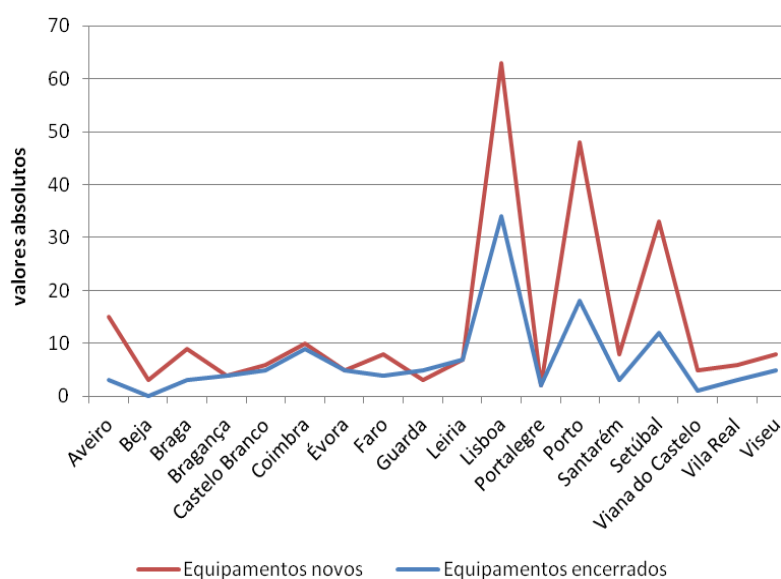
Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente 2010-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

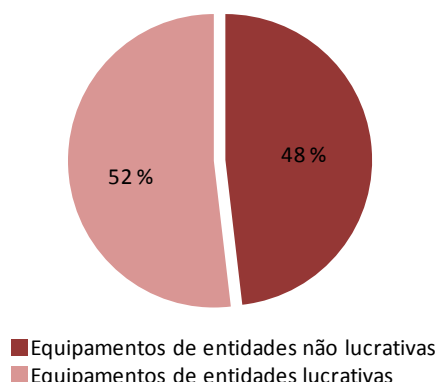
A nível distrital, todos os distritos do Continente, à exceção da Guarda, apresentam em 2012 um saldo positivo entre equipamentos novos e encerrados. À semelhança dos anos anteriores, os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal continuam a evidenciar maior dinâmica na criação de novos equipamentos.

Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito, 2012



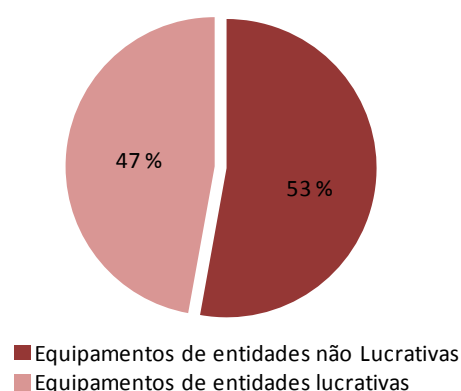
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Quanto à natureza jurídica das entidades proprietárias de equipamentos, a maioria (52 %) das entidades que abriu equipamentos em 2012 enquadra-se no setor lucrativo, ao passo que do conjunto de equipamentos que encerraram em 2012, 53 % corresponde a equipamentos de entidades não lucrativas.

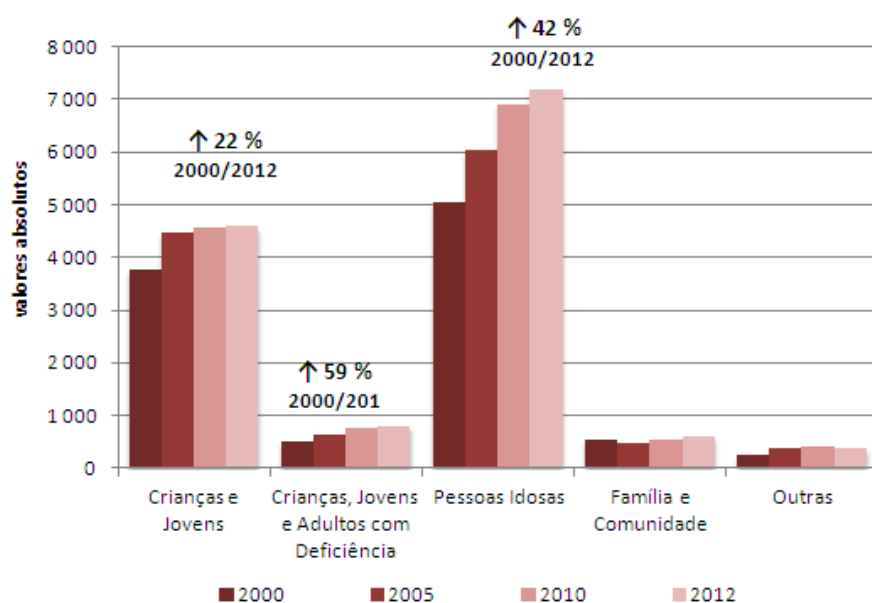
2.3 - Respostas Sociais

Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais enquadradas na RSES tem conhecido um desenvolvimento muito expressivo desde 2000 (34 %), em todos os grupos-alvo.

Embora as respostas dirigidas a Pessoas Idosas apresentem o maior número (mais de 7100 em 2012) ao longo do período de análise, as respostas direcionadas ao apoio de pessoas com deficiência (cerca de 800

Evolução das respostas sociais por população-alvo, Continente 2000-2012



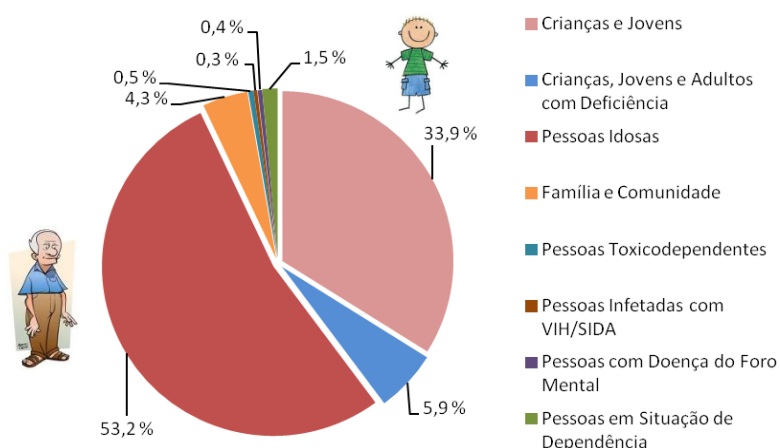
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

em 2012) são as que registam o maior crescimento (59 %) no período de 2000 a 2012, o que resulta em 300 novas respostas aproximadamente no âmbito da deficiência. As respostas destinadas às crianças e jovens, com um crescimento de 22 % em 2012, por referência a 2000, obtiveram um aumento superior a 800 respostas no período de análise (2000-2012), totalizando em 2012 cerca de 4600 respostas.

Em 2012, as Crianças e Jovens (34 %) e sobretudo as Pessoas Idosas (53 %), constituem os grupos-alvo com maior peso de respostas no total da RSES, traduzindo as necessidades destas populações no seio da sociedade portuguesa.

As respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência representavam em 2012, 6 % do total.

Distribuição das respostas sociais por população-alvo, Continente 2012



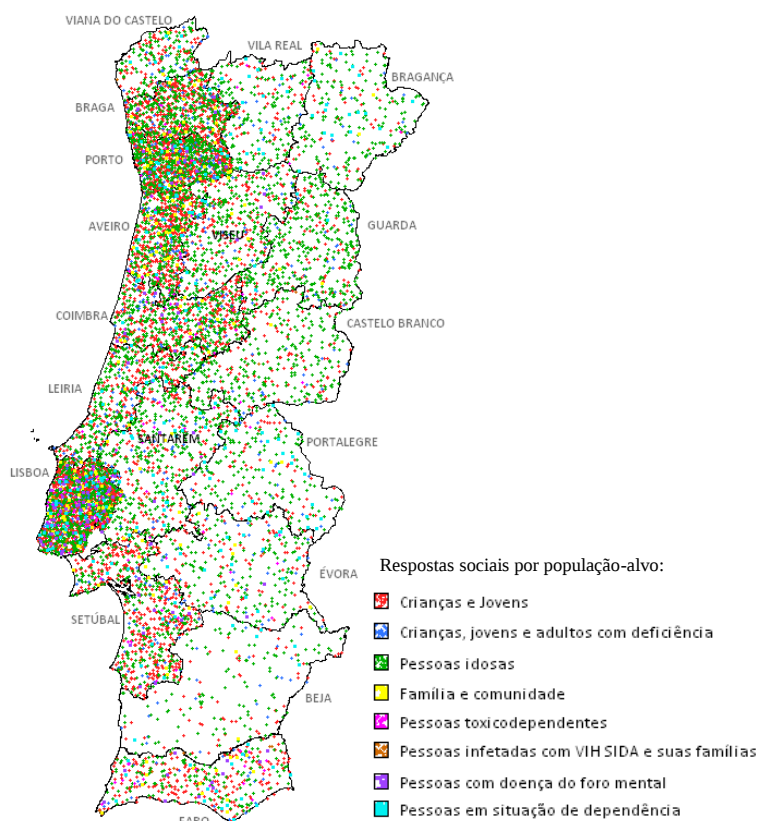
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo

A distribuição de respostas sociais no Continente reproduz o padrão de distribuição populacional, sendo que os territórios de maior densidade populacional constituem as áreas de maior concentração de respostas.

As respostas dirigidas à população idosa encontram-se disseminadas por todo o território continental, enquanto as respostas para Crianças e Jovens concentram-se principalmente nos núcleos urbanos, territórios com um maior peso de população jovem.

Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo Continente 2012

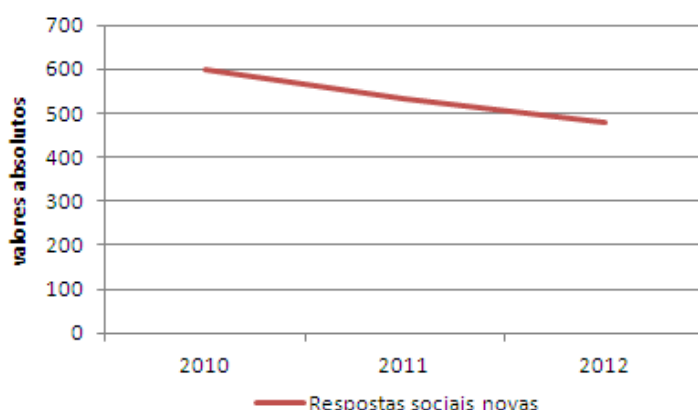


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Respostas sociais novas

O número de respostas sociais que entraram em funcionamento em 2012 regista, à semelhança dos equipamentos novos, uma diminuição contínua no período 2010-2012. Em 2012, entraram em funcionamento cerca de 500 novas respostas.

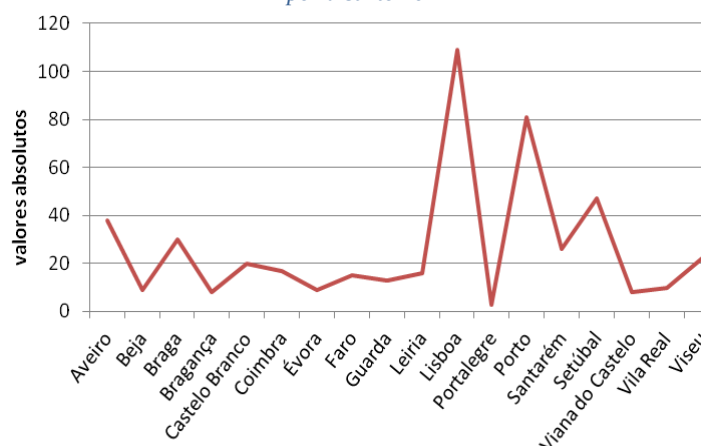
Evolução do número de respostas sociais novas, Continente 2010-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Lisboa, Porto e Setúbal representam os distritos com maior número de respostas sociais novas, totalizando em conjunto cerca de 50 % do total de respostas que entraram em funcionamento em 2012.

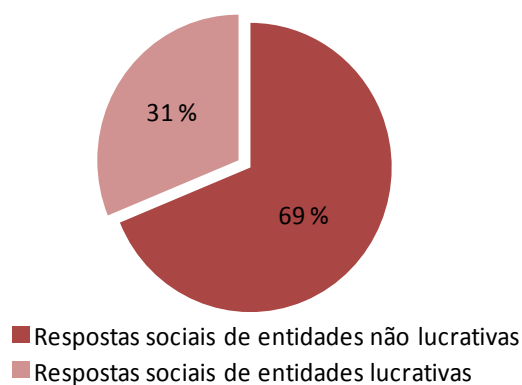
Distribuição do número de respostas sociais novas, por distrito 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

As entidades proprietárias das respostas sociais criadas em 2012 enquadraram-se maioritariamente na rede solidária (69 %), o que revela a relevância que estas entidades apresentam no apoio às populações locais.

Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012

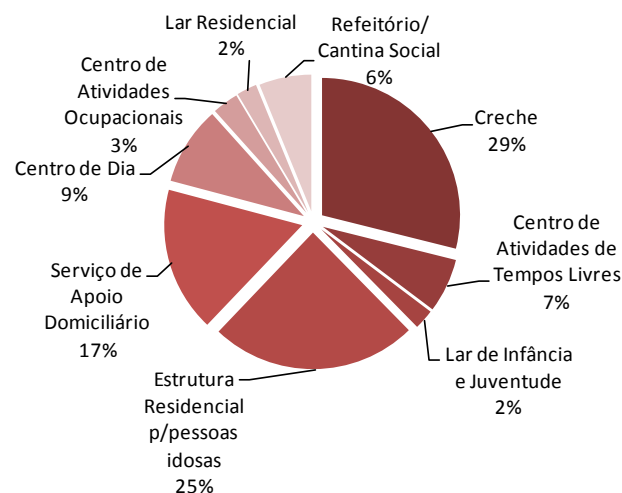


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A Creche (29 %), a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (25 %) e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (17 %) são as respostas com maior número de aberturas em 2012.

É de evidenciar, ainda, o número de aberturas de Refeitórios/ Cantinas Sociais, resposta que ganhou um novo impulso com o Programa de Emergência Social (PES), e que tem permitido o apoio a um maior número de famílias com carências socioeconómicas.

*Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia
Continente 2012*

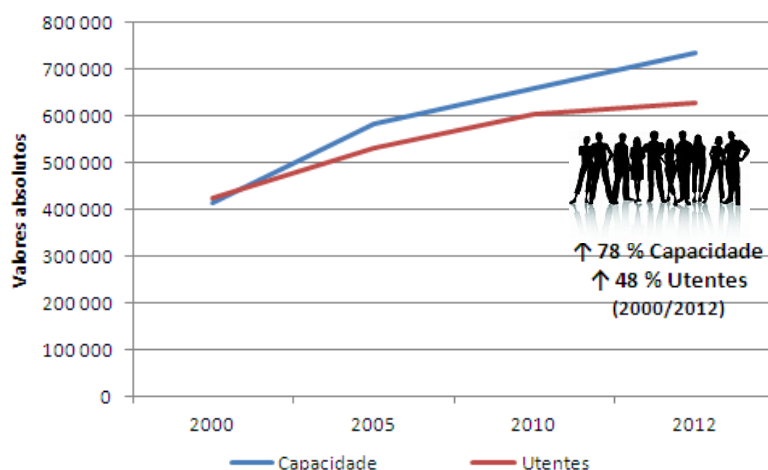


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

A capacidade instalada das respostas que compõem a RSES tem registado um aumento muito positivo ao longo do período de análise (2000-2012), assim como o número de utentes/utilizadores das respostas. Em 2012, por relação a 2000, a capacidade total da RSES apresentou um crescimento de 78 %, correspondendo a mais de 320 000 lugares de aumento.

*Evolução da capacidade e dos utentes
Continente 2000-2012*



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No ano de 2012, por referência a 31 dezembro, as respostas que compõe a RSES ofereciam mais de 730 000 lugares (capacidade), beneficiando delas mais de 620 000 utentes no Continente. Este crescimento tem permitido aumentar os níveis de proteção social das populações, perspetivando-se um desenvolvimento contínuo da oferta nos próximos anos, atendendo ao efeito das medidas inscritas no Programa de Emergência Social (PES), designadamente a nova legislação relativa às condições de instalação e funcionamento dos equipamentos.

3. Respostas sociais por população-alvo

3.1 - Crianças e Jovens

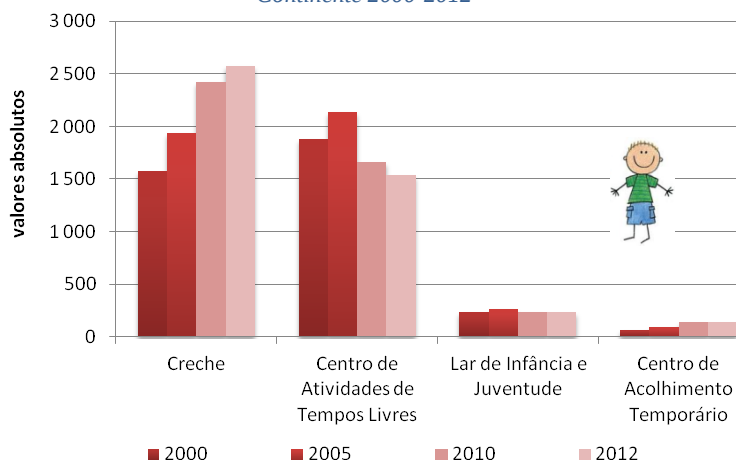
Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens apresentam um crescimento muito positivo (cerca de 20 %) no período 2000-2012, particularmente a resposta Creche (63 %), traduzindo um incremento de cerca de 1000 novas respostas sociais.

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), atendendo à reestruturação de que foi alvo, que se traduziu na integração de algumas atividades desta resposta na oferta escolar, apresenta no conjunto das respostas para as crianças e jovens uma situação distinta face às restantes.

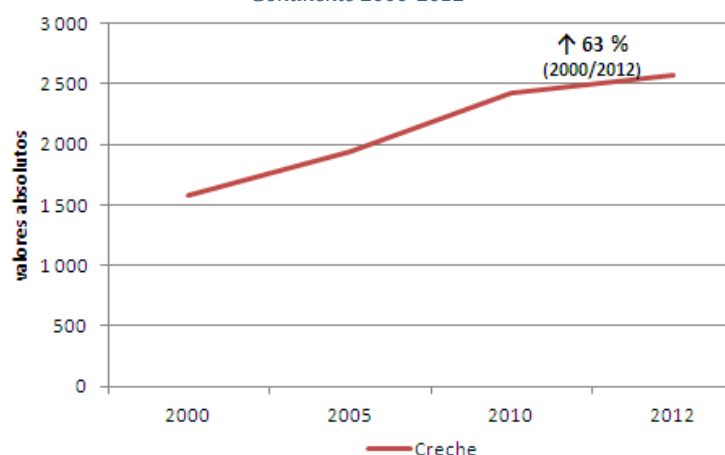
Do total de creches em funcionamento no território continental, 74 % são desenvolvidas em equipamentos de entidades não lucrativas, fundamentalmente da rede solidária, o que revela o peso destas entidades no âmbito do apoio social às famílias.

Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2012



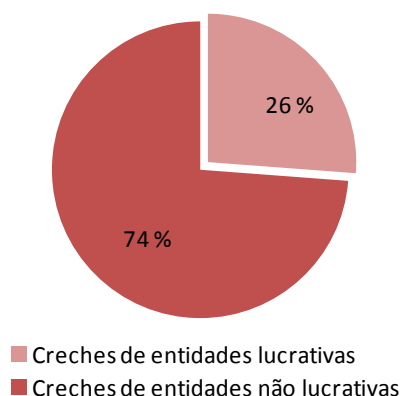
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução do número de respostas de Creche, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual do número de respostas de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012



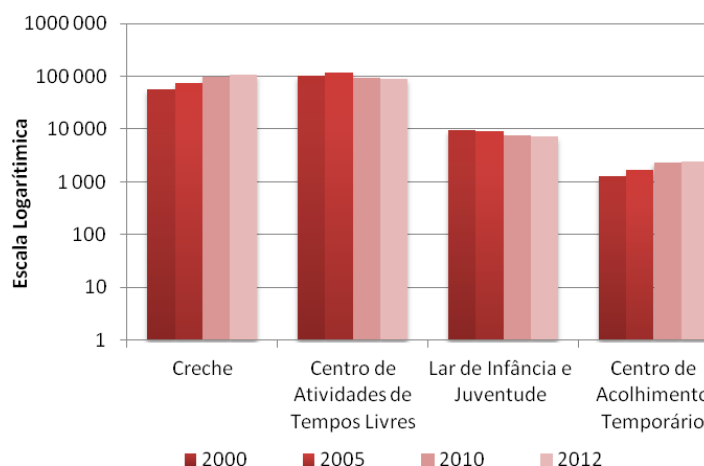
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A capacidade (número de lugares) das respostas para as crianças e jovens tem registado um crescimento assinalável em função do aumento do número de respostas, principalmente ao nível da Creche, cuja resposta regista de 2000 para 2012 um aumento de 51000 lugares, dos quais 6200 foram criados em 2012.

O crescimento significativo da resposta Creche na última década, quer ao nível do número de respostas em funcionamento, quer do número de lugares, tem contribuído de forma expressiva para o desenvolvimento da RSES e facilitado os pais na conciliação da vida familiar, pessoal e atividade profissional.

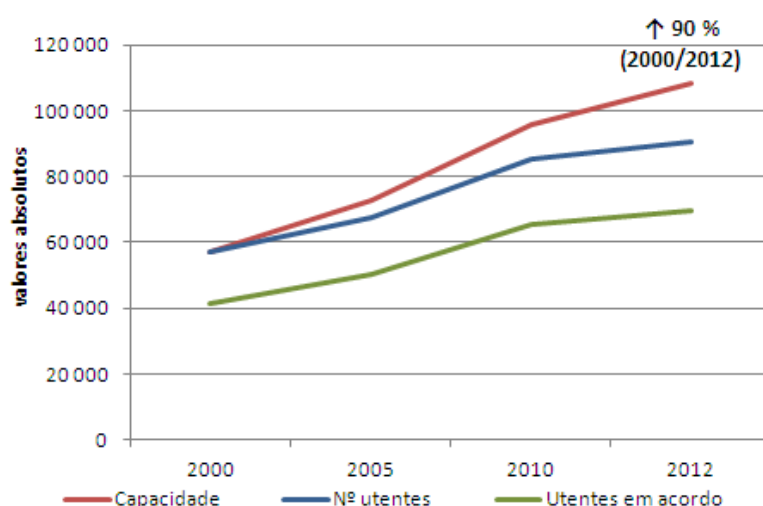
É de salientar que em 2012, por referência a 31 de dezembro, existiam no Continente mais de 108000 lugares para acolhimento de crianças dos zero aos 3 anos em creche, sendo que mais de dois terços desses lugares eram oferecidos por entidades não lucrativas.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2012



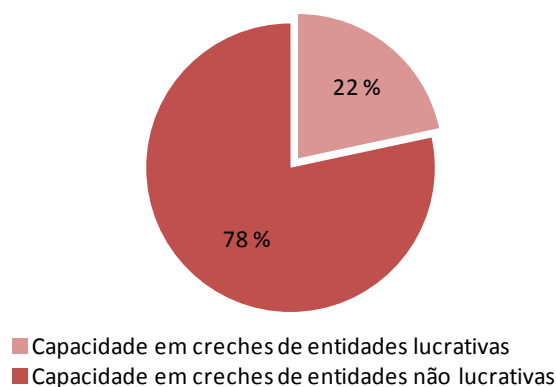
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da capacidade da resposta de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012



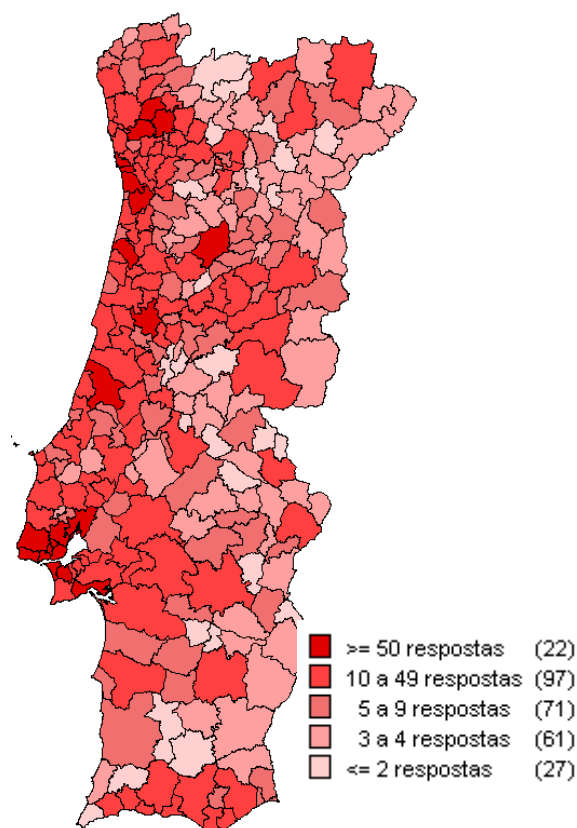
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho

A implantação de respostas sociais para esta população-alvo tem acompanhado a distribuição populacional no Continente. As áreas urbanas ao longo da faixa litoral norte e centro do país concentram a maioria destas respostas.

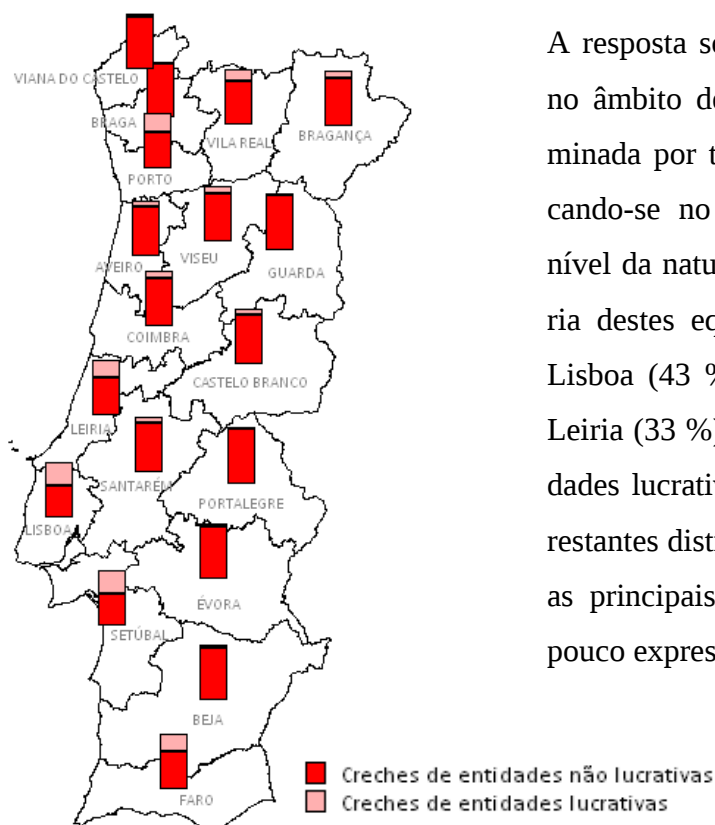
Em 2012, do total de municípios do Continente (278), 274 ofereciam respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens, sendo que 190 apresentavam 5 ou mais respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A resposta social Creche, a mais representativa no âmbito deste grupo-alvo, encontra-se disseminada por todo o território continental, verificando-se no entanto alguma desproporção ao nível da natureza jurídica da entidade proprietária destes equipamentos. Se por um lado, em Lisboa (43 %), Setúbal (41 %), Porto (35 %), Leiria (33 %) e Faro (32 %), as creches de entidades lucrativas têm um peso significativo, nos restantes distritos as entidades não lucrativas são as principais provedoras desta resposta, sendo pouco expressivo o peso da rede lucrativa.

A resposta social Ama

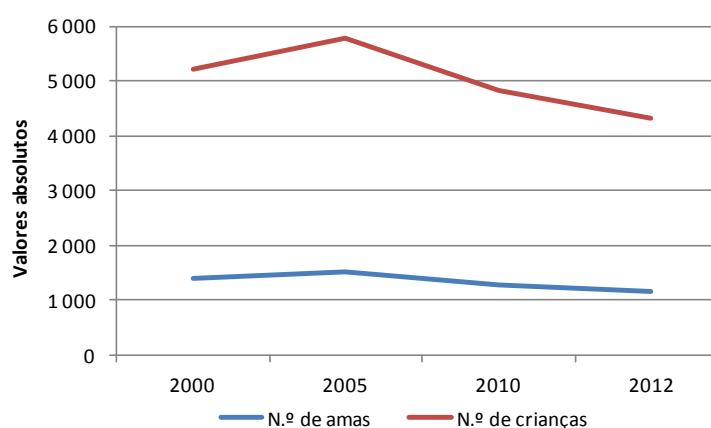
A resposta social Ama, enquadrada nos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou em IPSS, é desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das crianças durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Número de amas e crianças acolhidas

Face ao aumento da oferta de lugares em Creche, o número de amas e de crianças acolhidas apresenta desde 2005 uma diminuição.

Em 2012, cada Ama acolheu em média 3,7 crianças, valor que tem registado poucas alterações, enquadrando-se dentro dos parâmetros definidos na lei (permitido um máximo de quatro crianças).

Evolução do número de amas e de crianças acolhidas, Continente 2000-2012

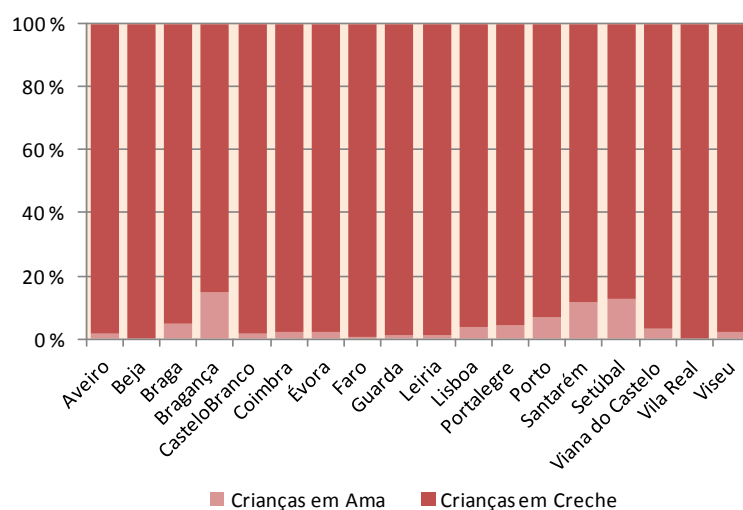


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

As especificidades da resposta Ama que a distanciam da Creche têm traduzido níveis de oferta reduzidos e até mesmo residuais em alguns distritos do Continente.

Os distritos de Bragança (14,8 %), Santarém (11,4 %) e Setúbal (12,8 %), são os distritos com maior peso de crianças acolhidas em Ama.

Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creche e Ama) segundo o número de crianças acolhidas, por distrito 2012

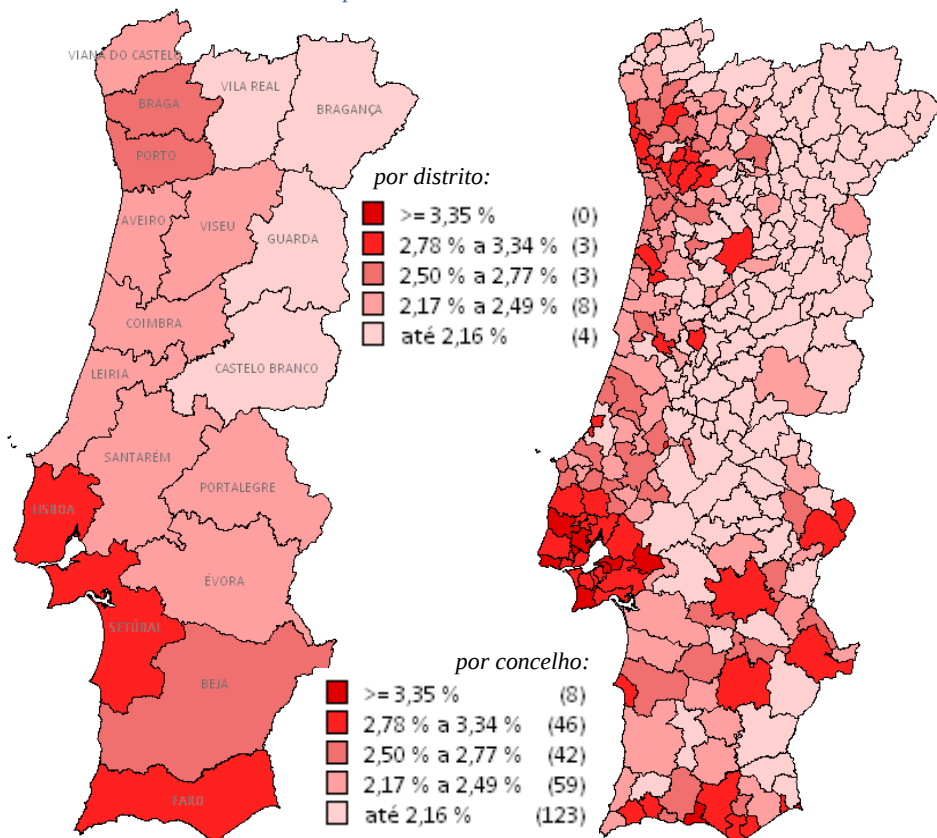


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos

As grandes assimetrias demográficas existentes entre o interior e o litoral do país estão patentes desde logo no peso da população jovem, designadamente de crianças até aos 3 anos de idade. As áreas urbanas dispostas ao longo da faixa litoral do território continental continuam a apresentar as maiores percentagens de população jovem, opondo-se aos distritos do interior do país com menores percentagens de crianças.

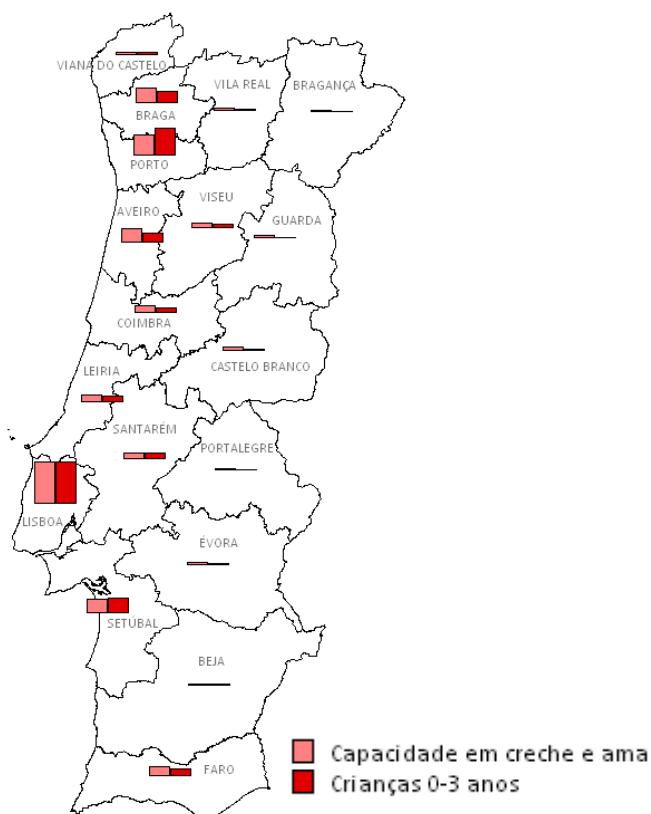
Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito e concelho 2012



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.

Distribuição percentual da oferta (Creche e Ama) e da população-alvo (< 3 anos), por distrito 2012

A relacionar-se a distribuição da oferta de lugares nas respostas Creche e Ama por distrito e a distribuição da população até aos 3 anos de idade, verifica-se uma superioridade do peso da oferta na maioria dos distritos, à exceção de Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém, territórios com maiores percentagens de crianças face à oferta existente. O menor peso da oferta em relação à população-alvo nestes territórios, reflete níveis de cobertura, ainda, abaixo das necessidades.



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais

A taxa de cobertura das respostas de apoio à 1.ª infância (Creche e Ama) tem apresentado um aumento significativo ao longo da última década, registando-se no período 2006-2012 um crescimento de 57 % aproximadamente.

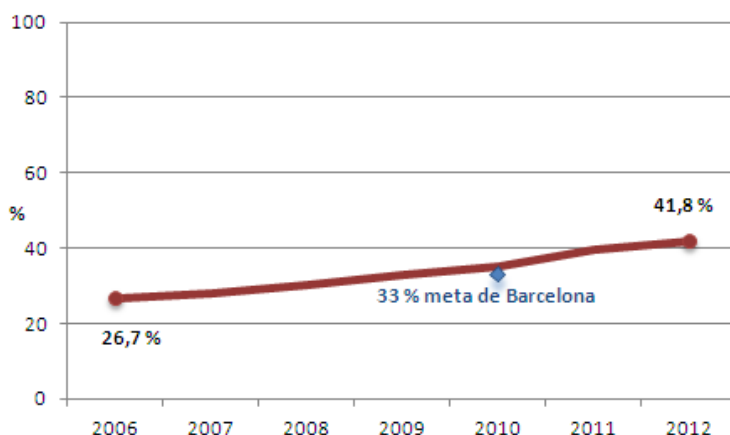
Ultrapassado o objetivo traçado no Conselho Europeu de Barcelona no âmbito dos cuidados à primeira infância, que definia até 2010 uma cobertura de 33 % ao nível das respostas de

apoio a crianças até aos 3 anos de idade, a taxa de cobertura média no Continente tem mantido o ritmo de crescimento (acima dos dois pontos percentuais ao ano), traduzindo o esforço contínuo que tem sido desenvolvido no âmbito das respostas de apoio social às famílias.

Em 2012, a taxa de cobertura de respostas sociais para este grupo atingiu os 41,8 % no Continente, evidenciando um aumento por comparação a 2011 de 2,3 pontos percentuais, resultado de um aumento de cerca 6200 novos lugares em Creche e Ama, para além do efeito da diminuição progressiva da população residente até aos 3 anos de idade.

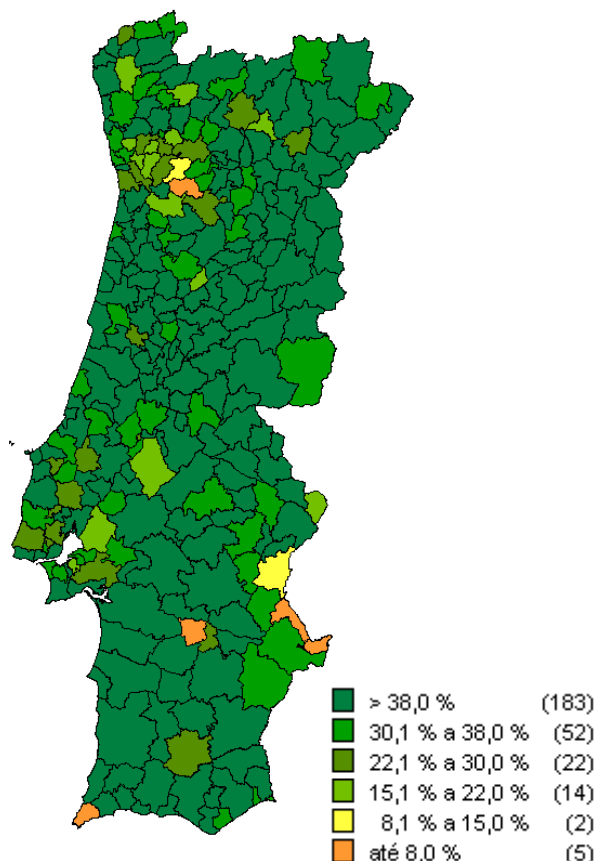
Do total de municípios do território continental (278), 235 registaram uma taxa de cobertura acima de 30 %, dos quais 183 (66 %) registaram uma taxa superior a 38 %.

Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, Continente 2006-2012



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, por concelho 2012



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

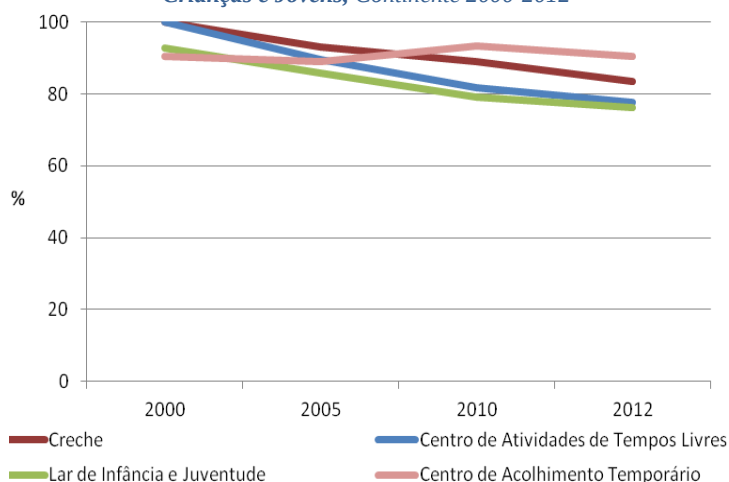
A utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens tem registado uma quebra desde 2000, à exceção do Centro de Acolhimento Temporário que atendendo às próprias especificidades da resposta tem revelado alguma inconstância nos níveis de utilização.

As respostas Centro de Acolhimento Temporário (90,6 %) e Creche (83,4%) constituem as respostas para este grupo-alvo que registam em 2012 os maiores níveis de utilização, seguindo-se o Centro de Atividades de Tempos Livres (77,8 %) e o Lar de Infância e Juventude (76,1 %).

A redução do ritmo de crescimento do número de utentes destas respostas não tem acompanhado o aumento do número de lugares disponíveis, observando-se uma tendência inversa.

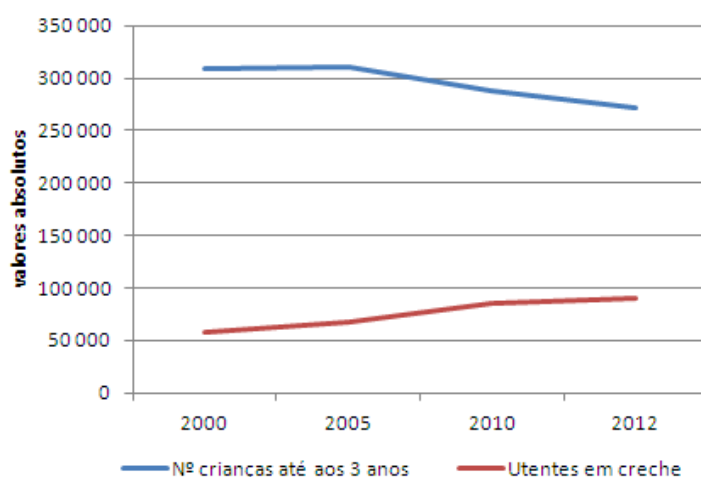
Ao nível da primeira infância, a diminuição do número de crianças até aos 3 anos de idade, para além da atual conjuntura económica com efeitos no poder compra das famílias, podem constituir algumas das explicações para a redução do número de crianças em Creche e Ama.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2012



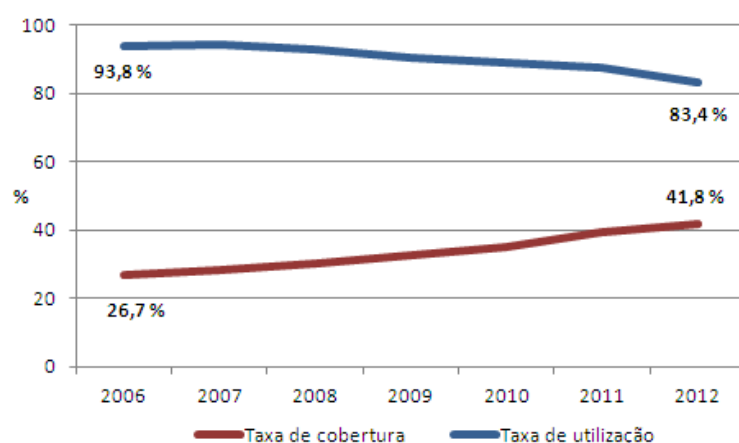
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução do nº de crianças dos 0-3 anos e do nº de utentes em creche, Continente 2000-2012



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, Continente 2006-2012



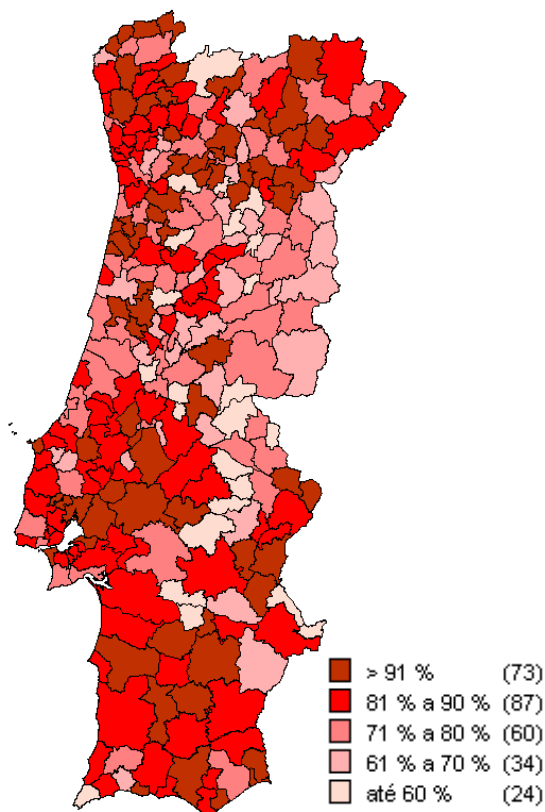
Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

A taxa de utilização das respostas Creche e Ama revelou em 2012 uma redução relativamente ao ano anterior na ordem dos 5 %, traduzindo como já foi referido uma diminuição do ritmo de crescimento do número de utentes.

Em termos concelhios verifica-se alguma assimetria na utilização das respostas Creche e Ama, sendo que grande parte dos concelhos dos distritos de Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Viseu se destacam pelas reduzidas taxas de utilização, territórios com um peso relativamente baixo de crianças.

É de salientar que do total de concelhos do Continente (278 concelhos), 57 % (160 concelhos) regista uma taxa de utilização superior a 80%, dos quais 30 % é constituído por concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e Algarve.

Taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, por concelho 2012

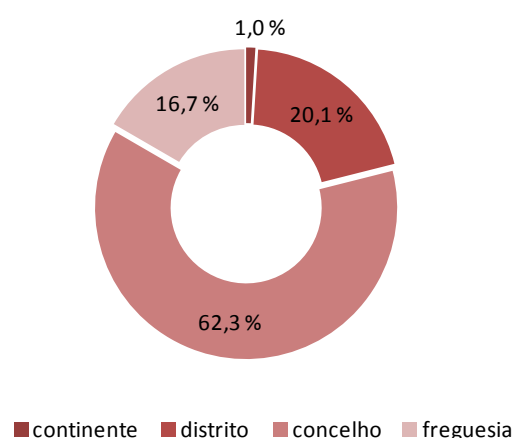


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Funcionamento da resposta Creche

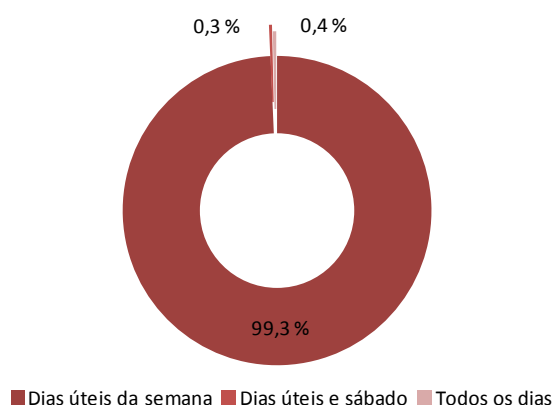
A maioria das creches em funcionamento em 2012 (62,3 %) recebeu crianças do concelho de implantação do equipamento, sendo que apenas 16,7 % das creches acolheram crianças apenas da freguesia onde este está instalado.

Distribuição percentual das Creches por âmbito geográfico de funcionamento, Continente 2012



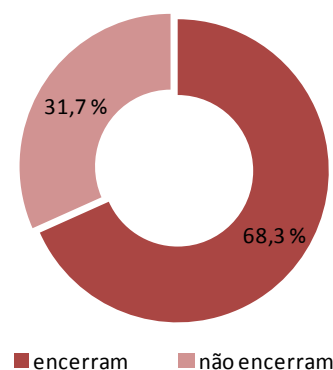
Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

Distribuição percentual das Creches, por período de funcionamento, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

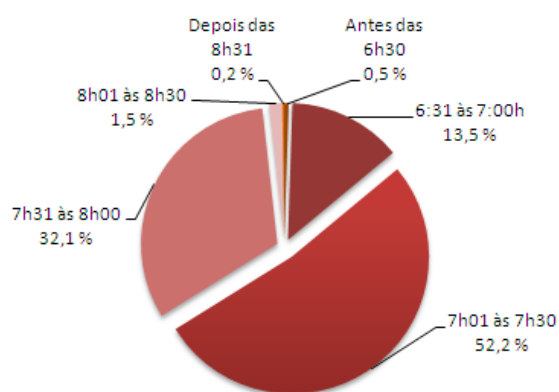
Distribuição percentual das Creches com encerramento ou não para férias, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

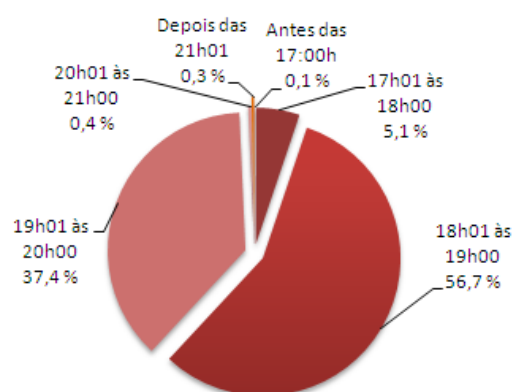
O período de funcionamento de segunda a sexta-feira continua a ser aquele que a esmagadora maioria das Creches (99,3 %) pratica, registando-se contudo uma pequena percentagem de equipamentos que funciona também ao sábado (0,3 %) e inclusivamente todos os dias da semana (0,4 %). A maioria das Creches (68,3 %) encerra para férias, sobretudo durante o mês de Agosto (ou parte do mês). Ainda assim, cerca de um terço dos equipamentos com Creche não encerra.

Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

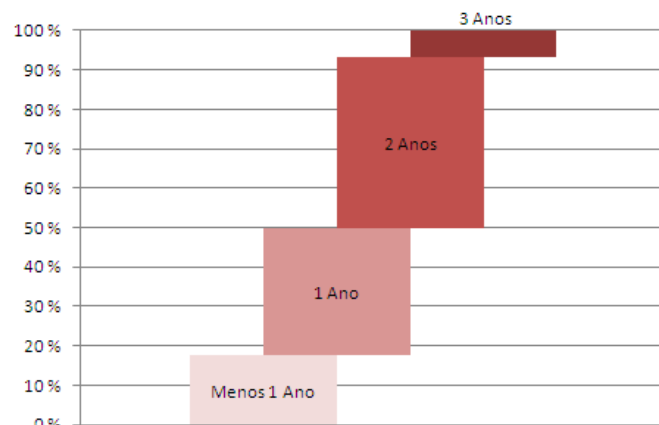
Os horários de abertura das Creches continuam a efetuar-se maioritariamente (84,3 %) entre as 7h00 e as 8h00, sendo que mais de 50 % decorre até às 7h30 e o encerramento entre as 18h00 e as 19h00 (56,7 %). A oferta de horários mais alargados, tendência que tem ocorrido nos últimos anos, é já uma realidade num número significativo de equipamentos, designadamente a abertura antes das 7h00 (14 %) e o fecho depois das 19h00 (38,1 %).

O alargamento dos horários de funcionamento e a supressão de períodos de encerramento para férias traduz o esforço por parte de algumas entidades no encontro das necessidades das famílias.

Caraterização dos utentes em Creche

Em 2012, as crianças com idade igual ou inferior a 1 ano de idade que frequentavam a resposta Creche no Continente representavam 50 % do número total de utentes desta resposta, sendo que 18 % destas não tinham completado um ano de idade. As crianças com 2 anos constituíam por outro lado, quase 45 % do total.

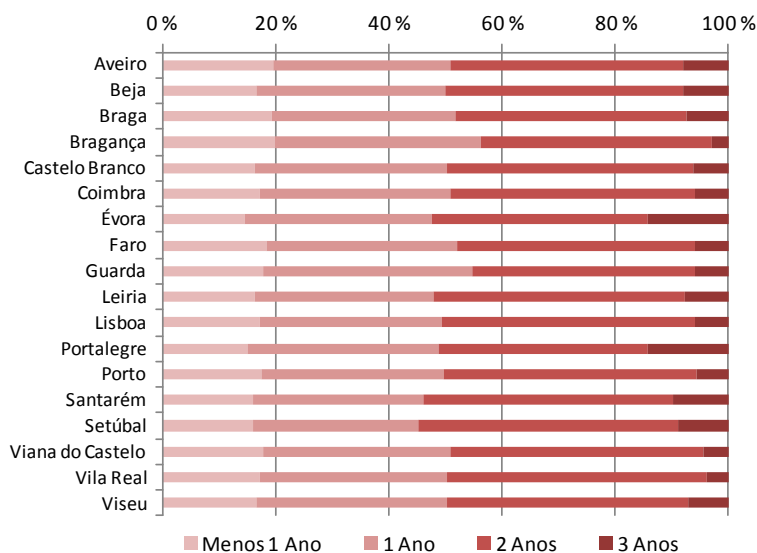
Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A diminuição progressiva do número de nascimentos, para além das possibilidades introduzidas pelo regime de proteção na parentalidade (possibilidade de usufruir até 180 dias de licença parental), a preferência pela rede informal para os cuidados nos primeiros meses de vida da criança e os efeitos da crise económica, poderão explicar o menor peso de crianças integradas em salas de berçário (menos de 1 ano de idade).

Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário e distrito 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A distribuição etária dos utentes em Creche não apresenta grande variação a nível distrital, verificando-se apenas em alguns distritos um peso ligeiramente inferior de crianças até 1 ano de idade, e, consequentemente, valores mais elevados do número de crianças com 2 e 3 anos, o que pode traduzir pequenas diferenças no peso dos apoios informais nestes territórios.

3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

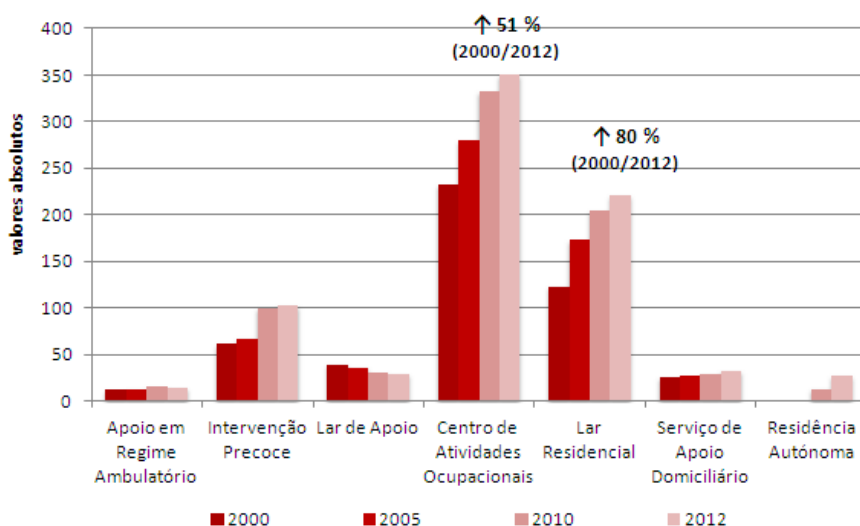
Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais da RSES dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência registam um crescimento muito positivo entre 2000 e 2012 em torno dos 51 %.

O Lar Residencial mantém-se a resposta com o maior incremento (80 %) no período 2000-2012 (cerca de 100 novas respostas), no âmbito deste grupo-alvo, seguindo-se a Intervenção Precoce (67 %) e o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) com 51 %.

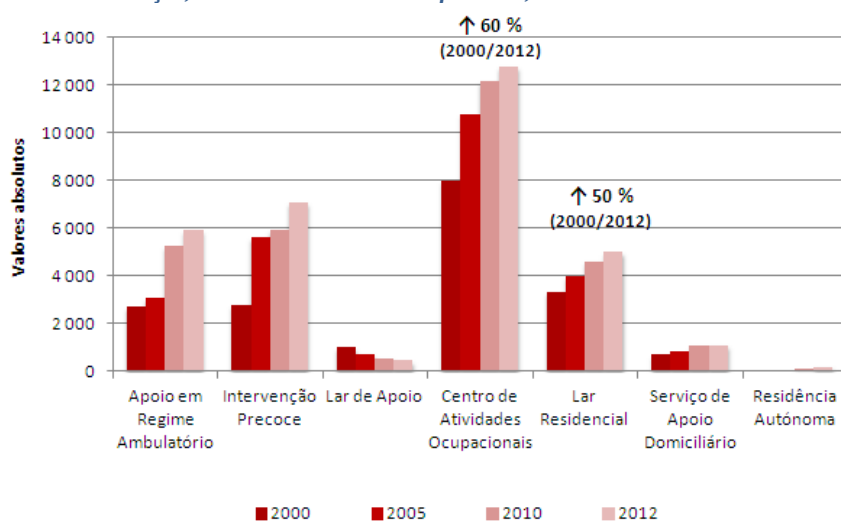
A capacidade (n.º de lugares) das respostas para pessoas com deficiência apresenta, igualmente, um aumento significativo (76 %) entre 2000 e 2012, traduzindo-se em 14000 novos lugares, aproximadamente, dos quais cerca de 1900 foram criados em 2012.

Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

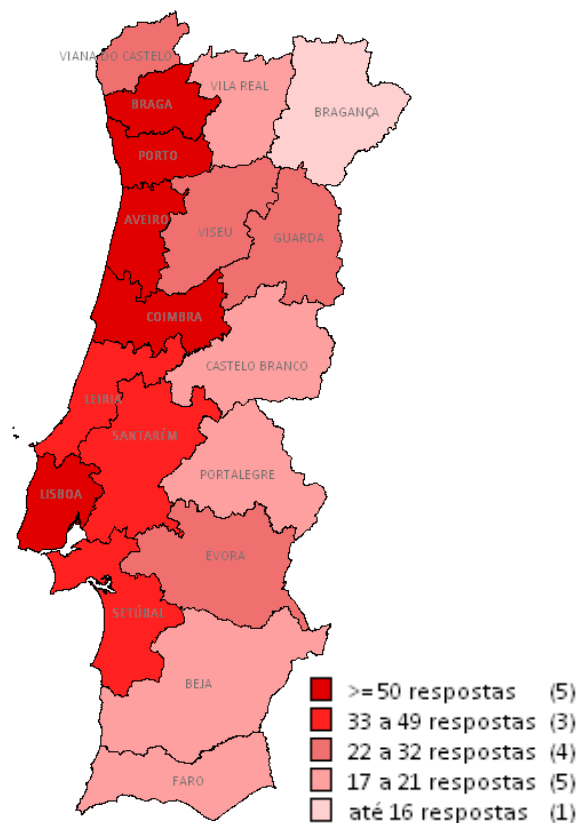
As respostas CAO (60 %), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (58 %) e Lar Residencial (50 %) continuam a registar um crescimento muito positivo entre 2000 e 2012, apresentando em conjunto 600 novos lugares em 2012.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição no território continental de respostas sociais destinadas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência revela, à semelhança das respostas para as Crianças e Jovens, uma assimetria assinalável entre o litoral e o interior do país. Do total de distritos do Continente, oito (todos na faixa litoral) concentram mais de 70 % das respostas para esta população alvo.

Dos 18 distritos do Continente, 12 têm em funcionamento 22 ou mais respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito 2012



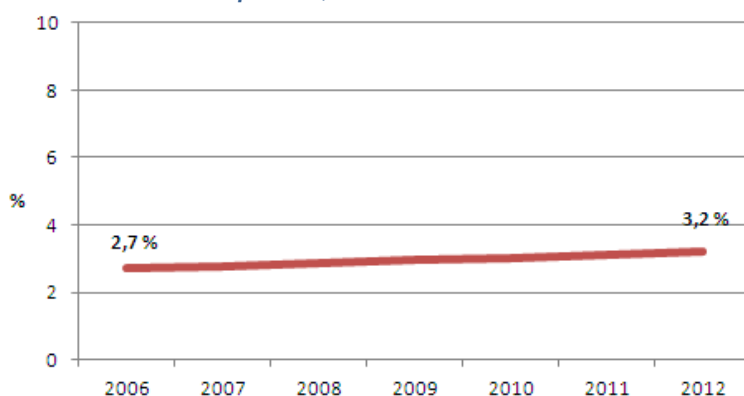
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais

Ainda que pouco visível, a cobertura de respostas para apoio a pessoas com deficiência tem apresentado um desenvolvimento positivo, tal como comprovam os valores apresentados relativos ao número de lugares.

Em 2012, a taxa de cobertura das principais respostas para esta população-alvo fixou-se nos 3,2 %. É de salientar que os programas de investimento público, designadamente PARES e POPH, têm dirigido verbas nos últimos anos para o desenvolvimento de respostas para pessoas com deficiência, assim como para o aumento do número de lugares (cerca de 13800 lugares desde 2000, dos quais 9500 desde 2006).

Evolução da Taxa de cobertura das respostas Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, Continente 2006-2012¹

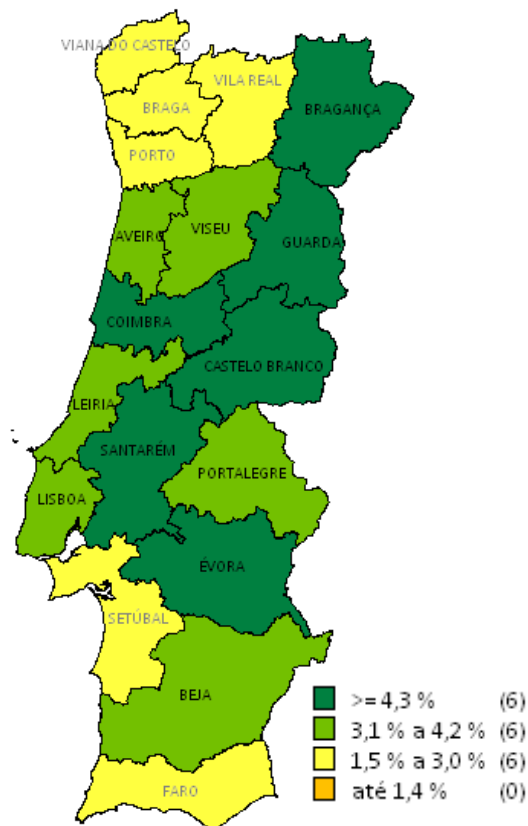


Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.
¹Série revista

A nível distrital são visíveis diferenças na taxa de cobertura das principais respostas dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência (Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e o SAD para pessoas com deficiência).

Em 2012, do total de distritos do Continente (18), 12 registaram uma taxa de cobertura superior à taxa de cobertura média nacional (3,2 %).

Taxa de cobertura das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2012



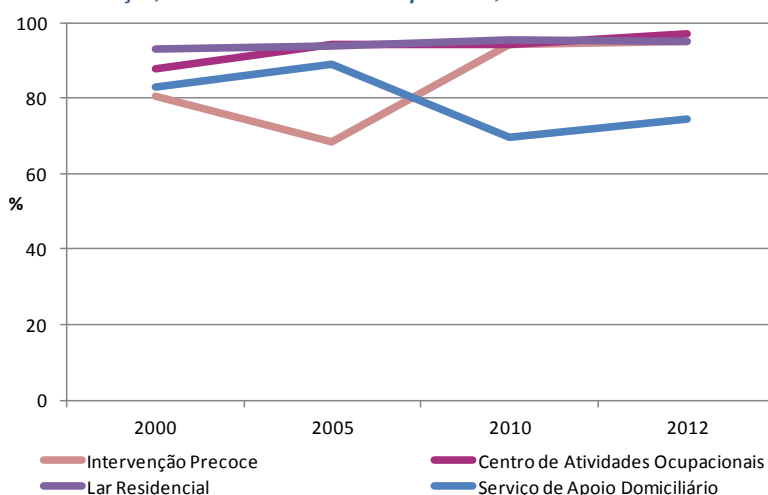
Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2012. GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A utilização das respostas dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, apresenta alguma estabilização nos últimos anos, fixando-se em 2012 acima dos 90 %, à exceção do SAD.

O CAO (97 %), o Lar Residencial (95 %) e a Intervenção Precoce (95 %), constituem as respostas com taxas de utilização mais elevadas. Com uma taxa de utilização mais modesta, o SAD regista em 2012 uma taxa de 75 %.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2012

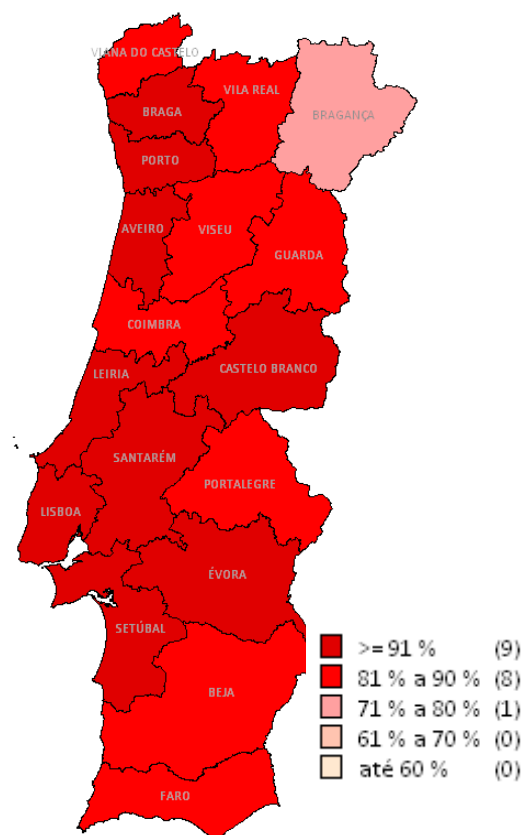


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A taxa de utilização das principais respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência apresenta algumas diferenças ao longo do território continental, fixando-se nos 95 % em termos médios em 2012.

À exceção de Bragança, todos os distritos do Continente registam em 2012 uma taxa de utilização acima de 80 %. No caso de nove distritos a utilização está mesmo acima dos 91 %.

Taxa de utilização das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2012



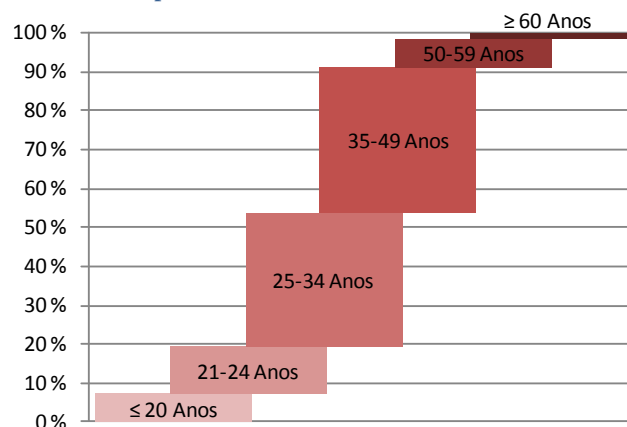
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Caraterização dos utentes das respostas para pessoas com deficiência

Na análise por escalão etário dos utentes que frequentam a resposta CAO em 2012, verifica-se que 54 % tem menos de 35 anos de idade, dos quais cerca de 20 % tem até 24 anos. Por outro lado, os utentes entre os 35 e 49 anos têm também um peso significativo (37 %), o que denota a frequência desta resposta pelos utentes durante a idade adulta.

Utentes por escalão etário e género

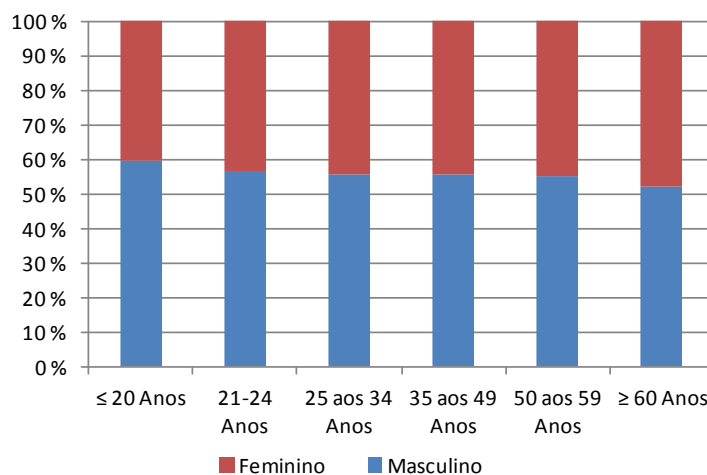
Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Em termos de género, verifica-se uma ligeira predominância de utentes em CAO do género masculino.

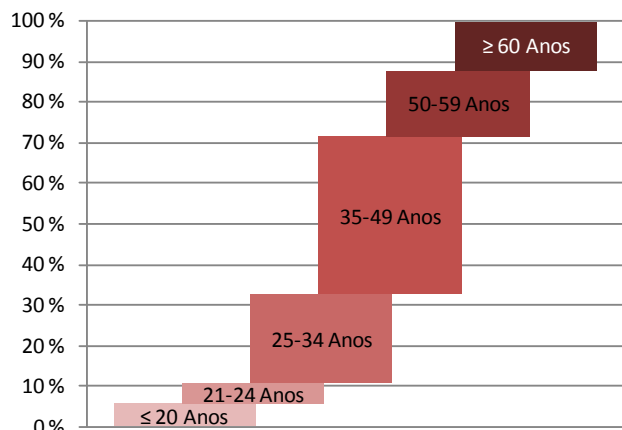
Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário e género, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

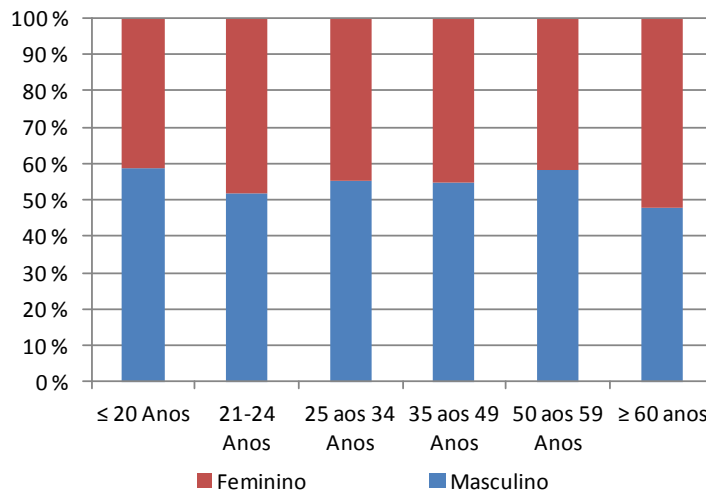
Ao nível do Lar Residencial, 67 % dos utentes tem mais de 35 anos de idade, sendo que o escalão etário dos 35 aos 49 anos é o mais representativo. Em relação ao género dos utilizadores desta resposta não se observa uma predominância de nenhum dos géneros.

Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário e género, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.3 - Pessoas Idosas

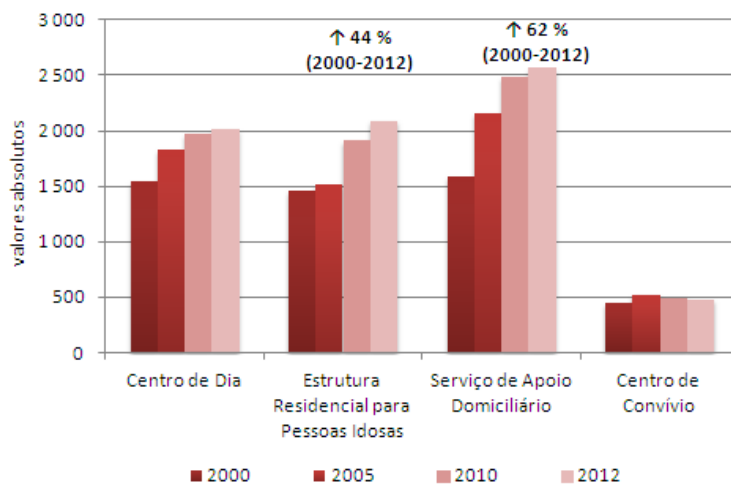
Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais dirigidas à população idosa têm registado um desenvolvimento expressivo (42 %) no período em análise (2000-2012), refletindo-se em mais 2100 novas respostas desde o ano 2000. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui a resposta com maior crescimento entre 2000 e 2012 (62 %) no conjunto das respostas para esta população, seguindo-se a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)² (44 %) e o Centro de Dia (31%).

O desenvolvimento das respostas para as Pessoas Idosas tem sido acompanhado pelo aumento do número de lugares disponíveis, que regista uma taxa de crescimento, por referência a 2000, de 47 % (84 000 novos lugares).

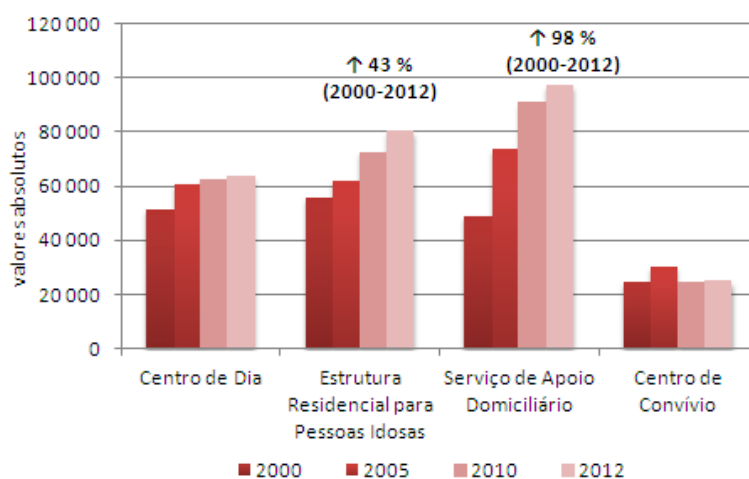
A resposta SAD, que se evidencia neste conjunto, apresentou um crescimento expressivo entre 2000-2012 (98 %), que se traduziu em 48 000 novos lugares, refletindo o papel que continua a desempenhar na prestação de cuidados à população idosa no seu espaço habitacional e no meio habitual de vida.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2012



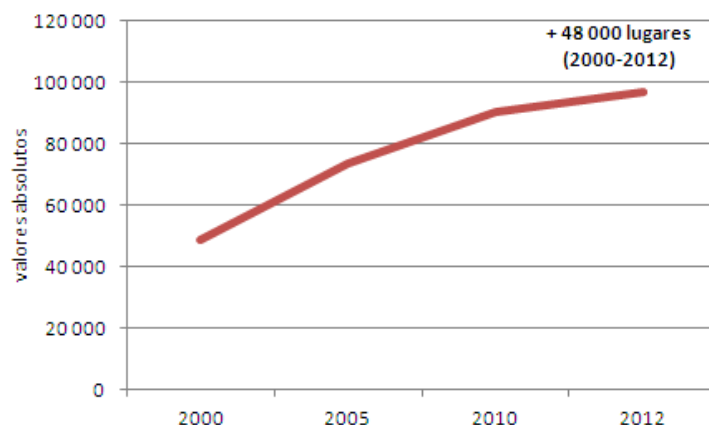
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade da resposta social SAD, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

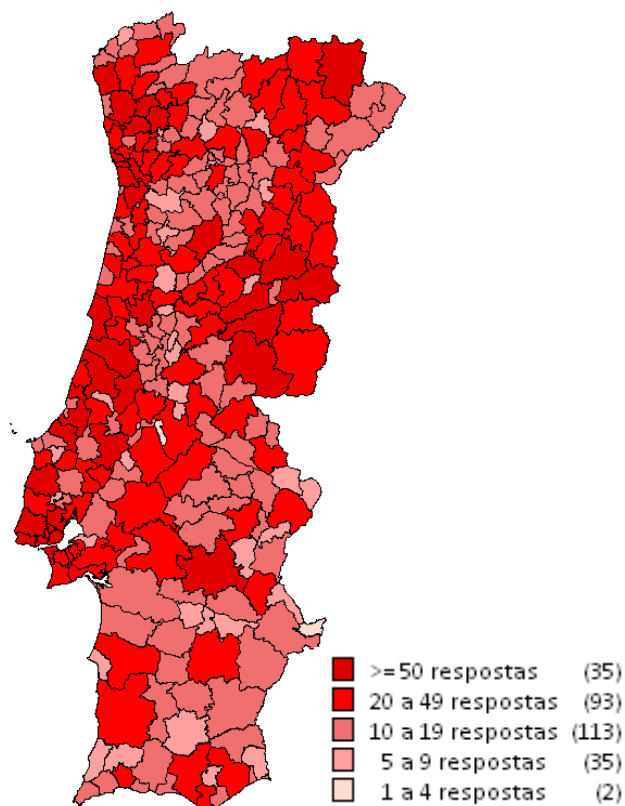
² Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012 de 21 de Março.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho

As respostas sociais destinadas ao apoio à população idosa encontram-se disseminadas ao longo do território continental, todavia verifica-se uma maior concentração de valências nos concelhos com um maior índice de envelhecimento, assim como nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Da totalidade de concelhos do Continente (278) em 2012, 241 tinham em funcionamento 10 ou mais respostas dirigidas à população idosa, dos quais 128 apresentavam mais de 20 respostas cada.

Quanto à natureza jurídica da entidade proprietária destes equipamentos, enquanto ao nível do SAD as entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária, garantem a maioria destes serviços, sendo pouco expressivo o peso da rede lucrativa, no caso das ERPI, em 6 distritos do

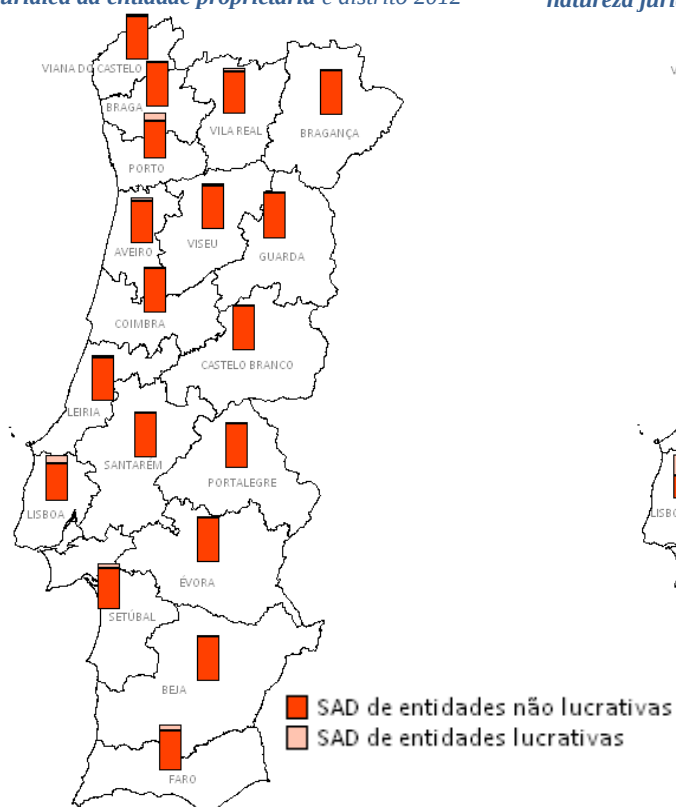
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

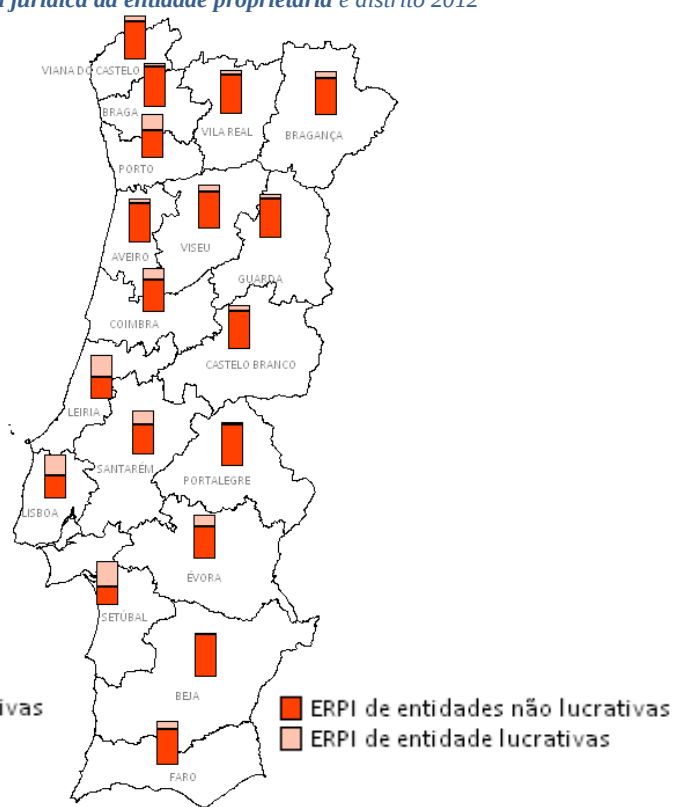
Continente os equipamentos de entidades lucrativas representam já mais de 30 % da oferta.

Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

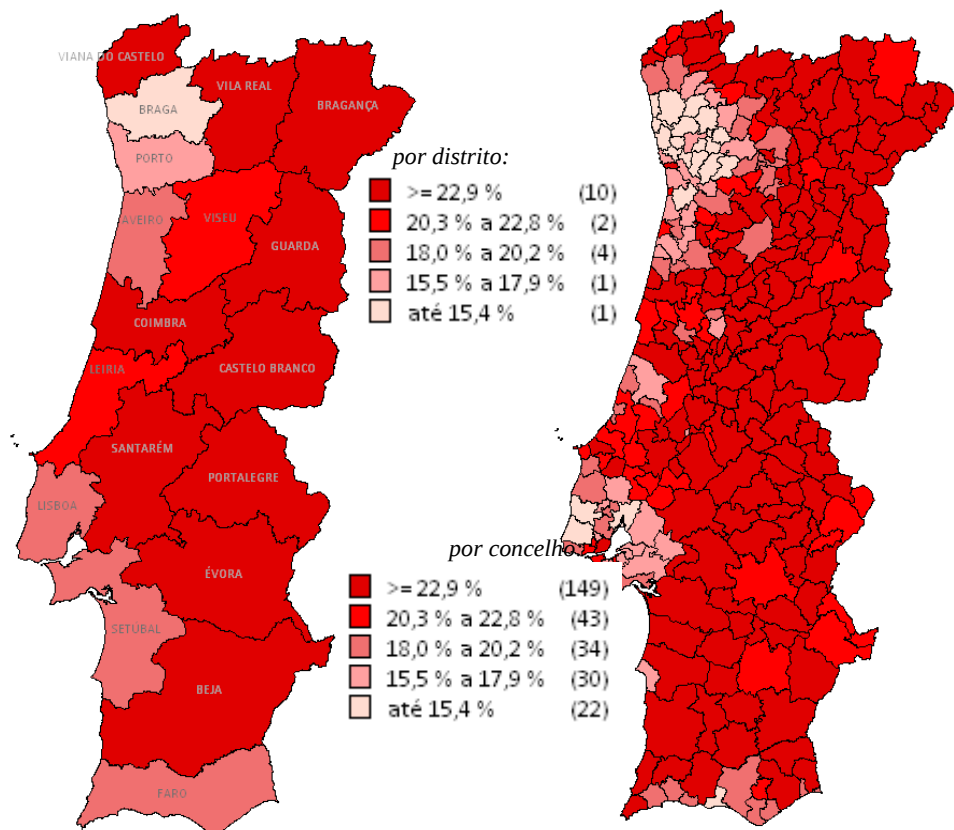
Proporção da oferta de serviços e equipamentos para as pessoas idosas, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)

O aumento do peso da população idosa, visível nas elevadas percentagens de pessoas com idade superior aos 65 anos, coloca em evidência a procura acrescida de respostas de apoio a este grupo-alvo.

À exceção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, para além da região algarvia, o país apresenta um peso de população com mais de 65 anos superior a 20,2 % (12 distritos em 18), sendo que a média do continente situa-se nos 19,7 %.

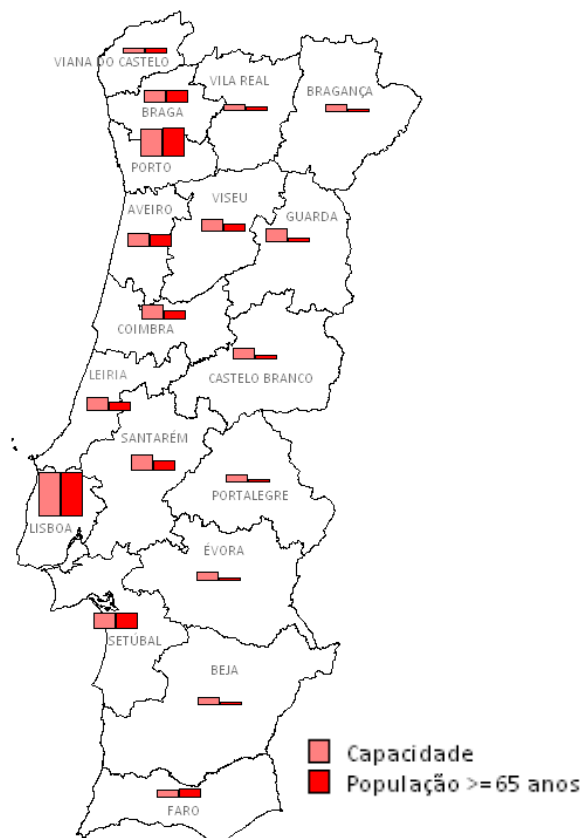
A relação entre a distribuição da oferta de lugares nas respostas dirigidas a este grupo-alvo e a distribuição da população com ≥ 65 anos por distrito apresenta um saldo positivo na maioria dos distritos a favor da oferta, à exceção dos distritos que integram as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que, pelo facto de registarem em termos absolutos um maior número de pessoas idosas, apresentam uma maior procura em relação à capacidade disponível.

Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho 2012



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2012.

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥ 65 anos), por distrito 2012

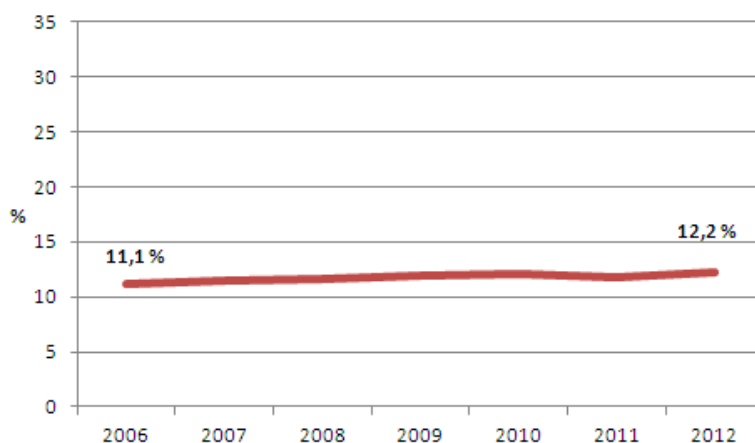


Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais

A taxa de cobertura das respostas sociais destinadas às pessoas idosas tem apresentado uma evolução positiva nos últimos anos, apesar de pouco expressiva, traduzindo o importante crescimento do número de lugares, tal como se referiu atrás, embora este não acompanhe o aumento crescente do peso da população idosa.

Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Residência e Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, Continente 2006-2012

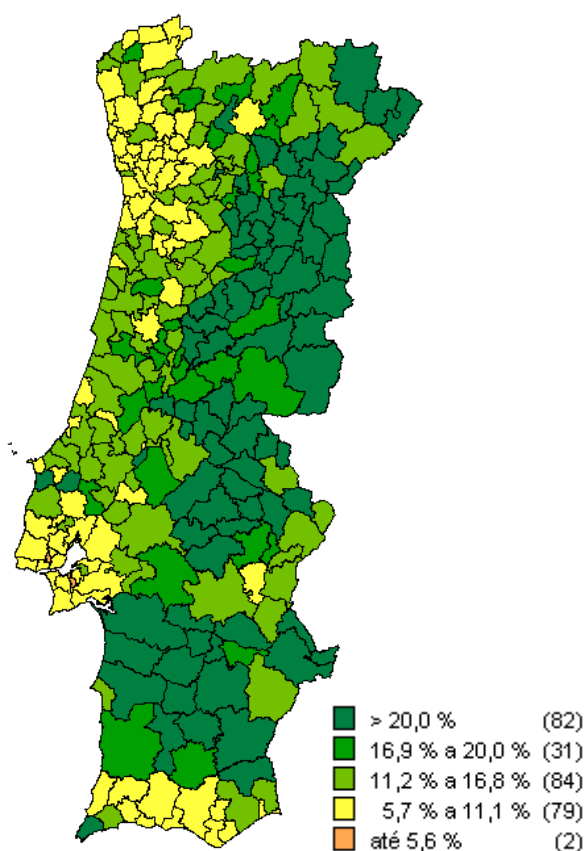


Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Em 2012, a taxa de cobertura média das principais respostas para este grupo-alvo situou-se nos 12,2 %, sendo visíveis assimetrias ao longo do território continental. Os concelhos do interior do país, com índices de envelhecimento mais elevados, apresentam uma cobertura de respostas para esta população acima da que é oferecida pelos concelhos do litoral, designadamente litoral norte e centro, para além do Algarve.

Do total de municípios do Continente (278), 178 (64 %) registaram em 2012 uma taxa de cobertura superior à média, dos quais 82 (30 %) apresentaram uma taxa acima dos 20 %.

Taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Residência e Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, por concelho 2012



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2012.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

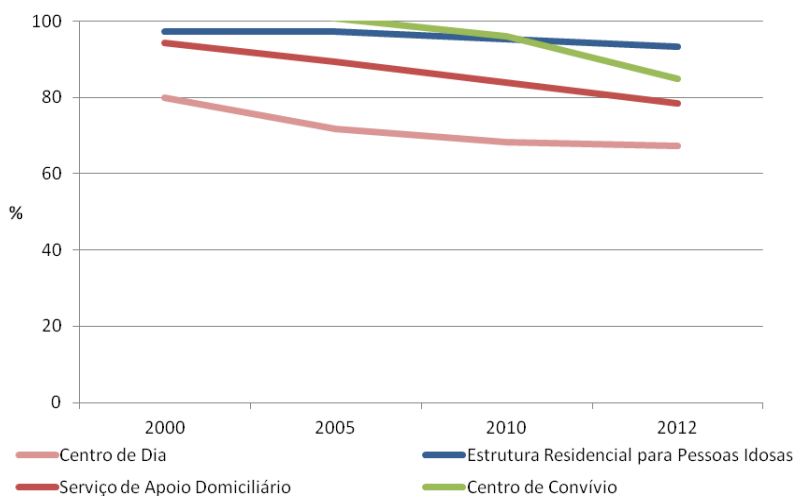
A tendência de decréscimo da taxa de utilização das respostas, tal como se observou nas respostas para as crianças e jovens, tem-se mantido nos últimos anos, resultando, entre outros fatores, do aumento do número de lugares e provavelmente de alguma retração das famílias.

Ainda assim, em 2012, a ERPI continua a ser a resposta com maior taxa de utilização (93,4 %), o que revela os níveis elevados de procura desta resposta, seguindo-se o Centro de Convívio (84,8 %), o SAD (78,5 %) e o Centro de Dia (67,2 %).

A taxa de utilização média das principais respostas situou-se em 2012 nos 80,9 %, valor que regista uma descida em relação a 2011.

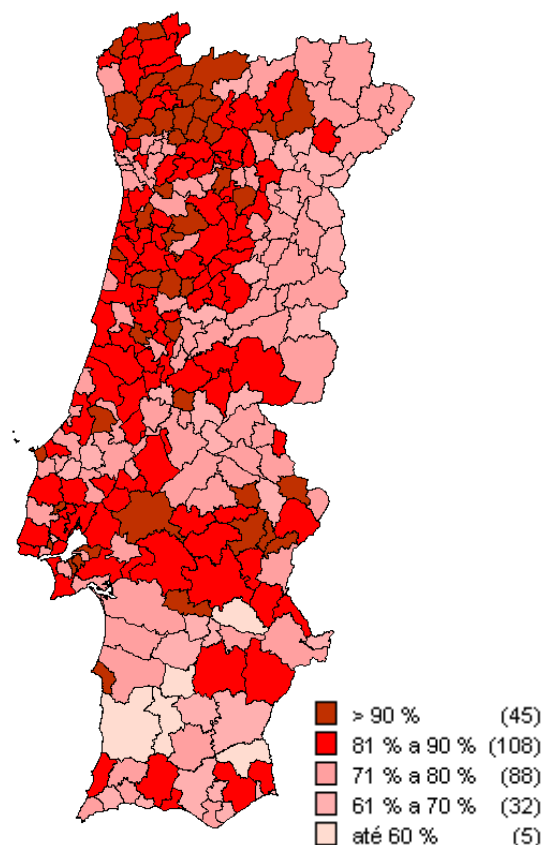
A nível concelhio, e à semelhança do ano anterior, as maiores taxas de utilização concentram-se, sobretudo, em concelhos dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Aveiro, Viseu e Évora.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

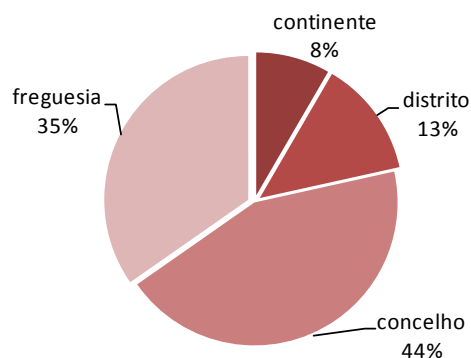
Taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

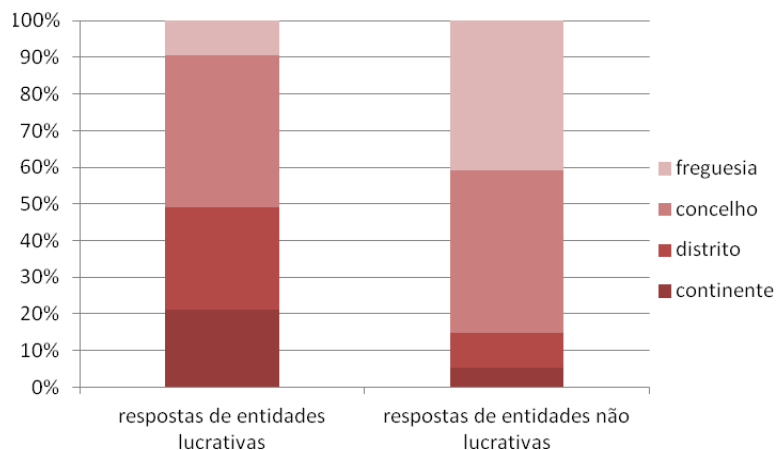
Funcionamento das respostas para as pessoas idosas

Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2012

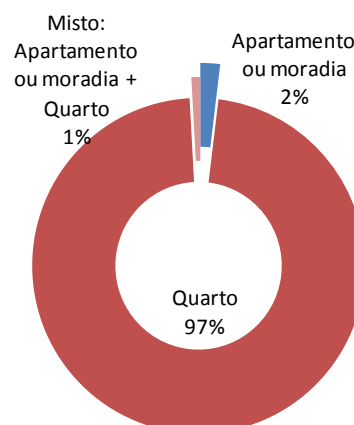


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

À semelhança das respostas para as Crianças e Jovens, a maioria dos utentes das respostas dirigidas à População Idosa residem na freguesia (35 %) e/ou concelho (44 %) de implantação do equipamento onde é desenvolvida a resposta. No caso das respostas de entidades lucrativas, apesar do peso do concelho de implantação ser superior, verifica-se uma percentagem significativa de respostas que acolhem utentes de outros concelhos, do mesmo distrito ou não.

A resposta ERPI, que agrega as respostas residenciais para pessoas idosas, pode assumir diferentes modalidades de alojamento. Do total de ERPI a funcionar no Continente em 2012, o alojamento em quarto consiste na modalidade predominante (97 %). As tipologias habitacionais, designadamente alojamento em apartamento ou moradia, embora apresentem um peso ainda reduzido, têm registado um aumento da oferta nos últimos anos.

Distribuição percentual da resposta ERPI por modalidade de alojamento, Continente 2012



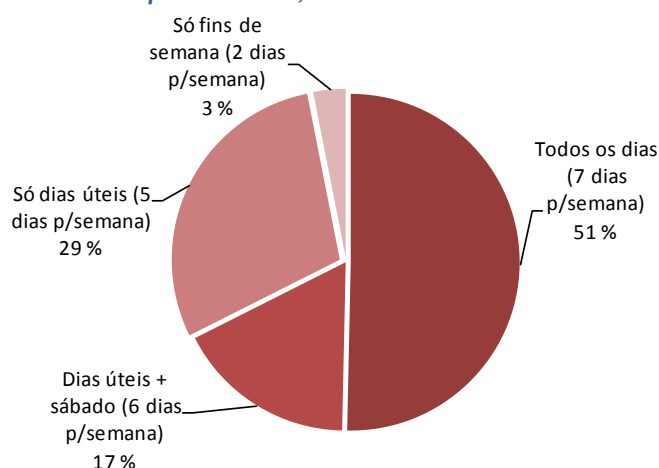
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A resposta SAD tem alargado o seu período de funcionamento nos últimos anos, atendendo ao aumento das necessidades dos utentes e à procura de serviços, refletindo o envelhecimento da população que se vem observando.

Do total de respostas de SAD em funcionamento em 2012, metade funciona todos os dias da semana.

Porém, o modelo de funcionamento de 7 dias por semana, geralmente coexiste com outras modalidades (só dias úteis, dias úteis + sábado ou só fins de semana), uma vez que nem todos os utentes partilham das mesmas necessidades e do mesmo nível de utilização dos serviços prestados.

Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente 2012

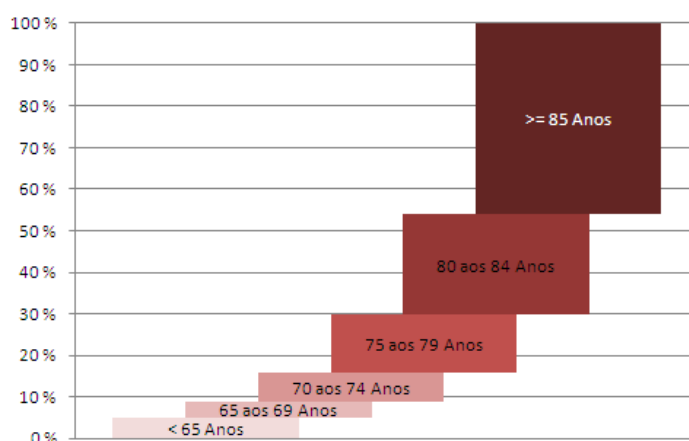


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Caraterização dos utentes das respostas para as pessoas idosas

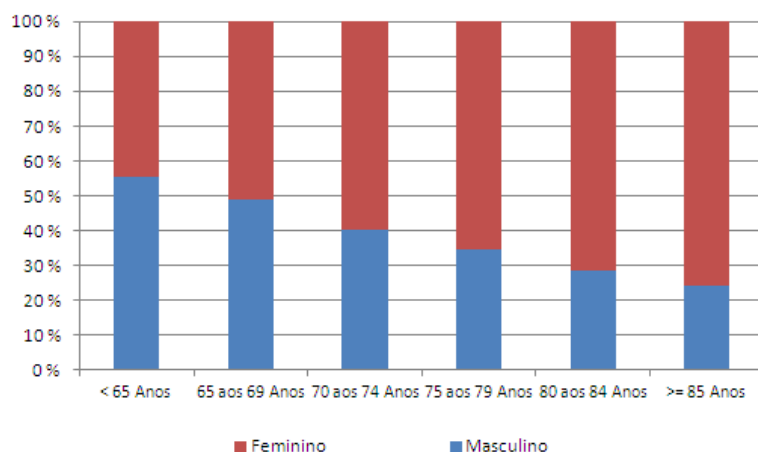
Utentes por escalão etário e género

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por escalão etário e género, Continente 2012

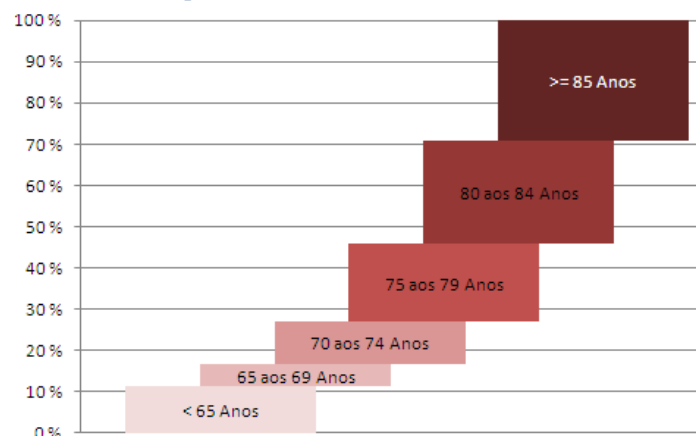


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Os utentes com mais de 80 anos constituíam em 2012 70 % do total de utentes que frequentavam a resposta de ERPI, dos quais 46 % tinham 85 ou mais anos, o que evidencia o

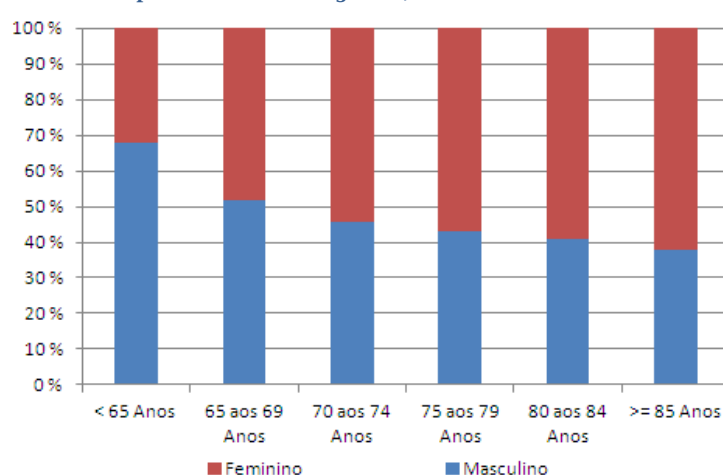
peso significativo deste grupo etário. Ao nível do género, as mulheres estão em maioria nesta resposta, acentuando-se o seu peso com o aumento da idade.

Distribuição percentual dos utentes em Serviço de Apoio Domiciliário por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

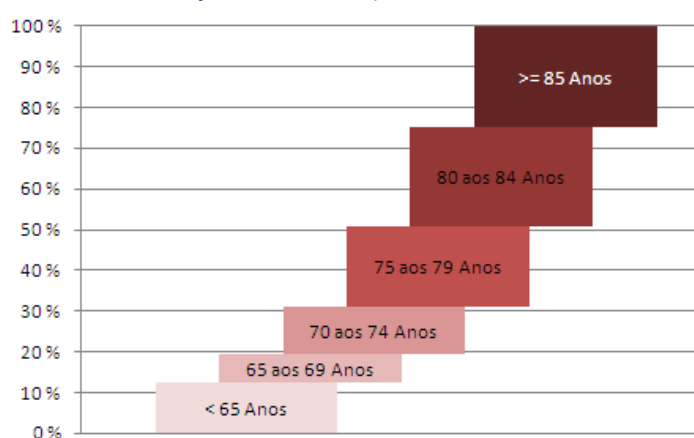
Distribuição percentual dos utentes em Serviço de Apoio Domiciliário por escalão etário e género, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

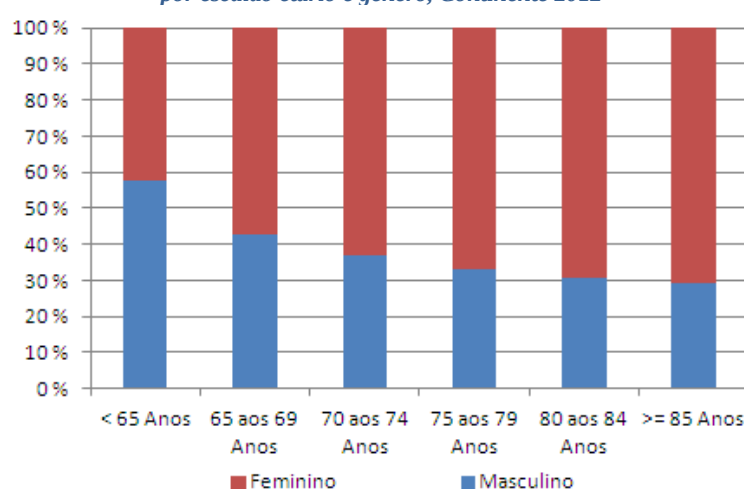
Relativamente à resposta SAD, é de salientar que os utentes até aos 80 anos representavam em conjunto quase 50 % dos utentes a receber apoio desta resposta em 2012. A manutenção do idoso no seu espaço habitacional e no seu meio habitual de vida por mais anos poderá apontar para uma institucionalização, designadamente em ERPI, mais tardia. No que diz respeito à distribuição por género dos utentes em SAD, à semelhança da resposta ERPI, o género feminino está em maioria em todos os escalões etários.

Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário e género, Continente 2012



Fonte: GEP-MSSS, Carta Social.

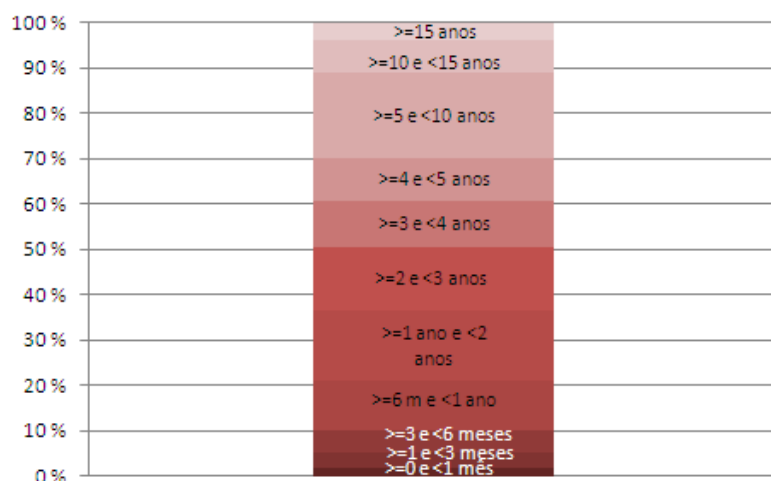
No que diz respeito aos utentes que frequentam a resposta Centro de Dia, cerca de 50 % tinham em 2012 até 80 anos de idade e eram maioritariamente do género feminino, tendência que se verifica em todas as respostas dirigidas à população idosa, como já foi referido, e que traduz a supremacia das mulheres nestes escalões etários.

A distribuição dos utentes por tempo de permanência na resposta ERPI evidencia um elevado peso das estadas prolongadas. É de salientar que cerca de 50 % dos utentes mantêm-se na resposta ERPI 3 ou mais anos, dos quais 30 % permanecem por um período superior a 5 anos.

As estadas mais longas apresentam um peso maior nos equipamentos de entidades não lucrativas (33 % acima dos 5 anos), ao passo que as permanências de curta e média duração registam um peso mais elevado (66 % até 3 anos) nos equipamentos de entidades lucrativas.

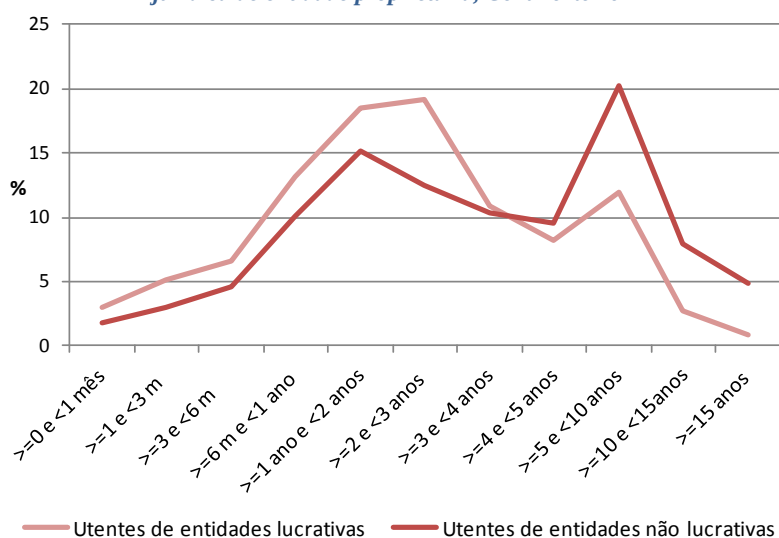
Utentes por tempo de permanência

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta e natureza jurídica de entidade proprietária, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

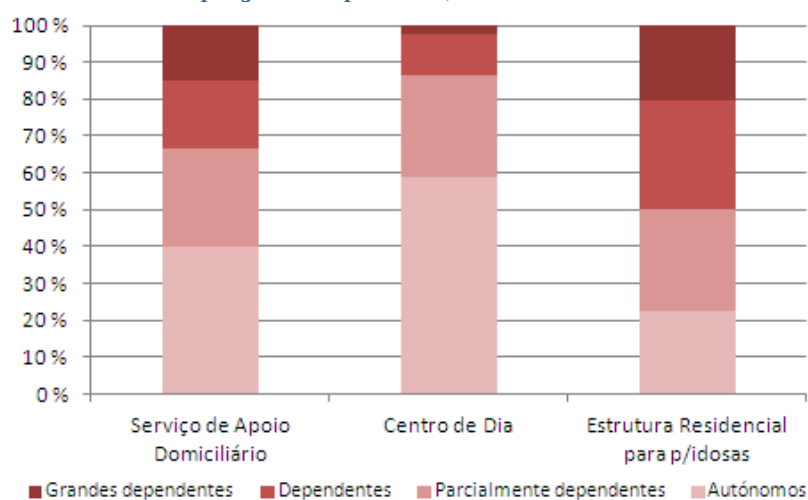
Utentes por grau de dependência

O grau de dependência dos utentes das respostas para as Pessoas Idosas, apresenta alguma heterogeneidade nas diferentes respostas, uma vez que as necessidades dos utilizadores são distintas.

Cerca de 78 % dos utentes em ERPI têm alguma dependência, valor que desce para 60 % no caso do SAD e para 41 % no Centro de Dia, situação que está

diretamente relacionada com as características das respostas. Por conseguinte, o peso das idades dos utentes nas diferentes respostas analisadas anteriormente, poderá ter aqui algum efeito resultante das situações de dependência nos escalões etários mais avançados, daí a opção registada.

Distribuição percentual dos utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.4 - Pessoas em Situação de Dependência

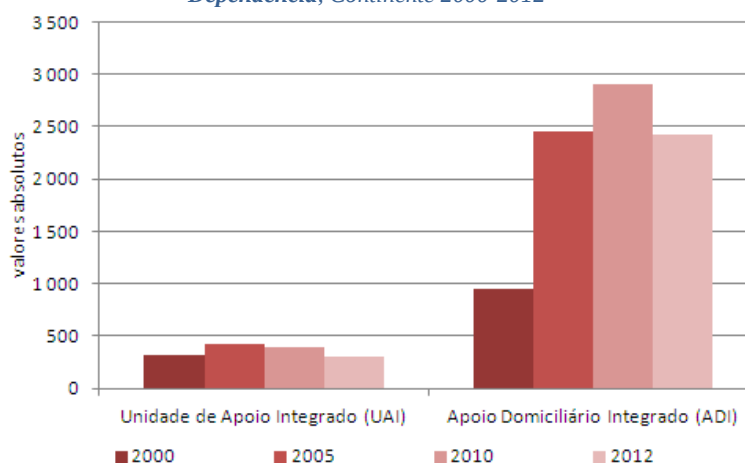
Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de dependência têm registado desde 2010 uma tendência de decréscimo, resultado da sua re(conversão) em novas unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Ainda assim, encontravam-se em funcionamento em 2012 mais de uma centena e meia de respostas de Apoio Domiciliário

Integrado (ADI) e Unidade de Apoio Integrado (UAI) no território continental.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000-2012

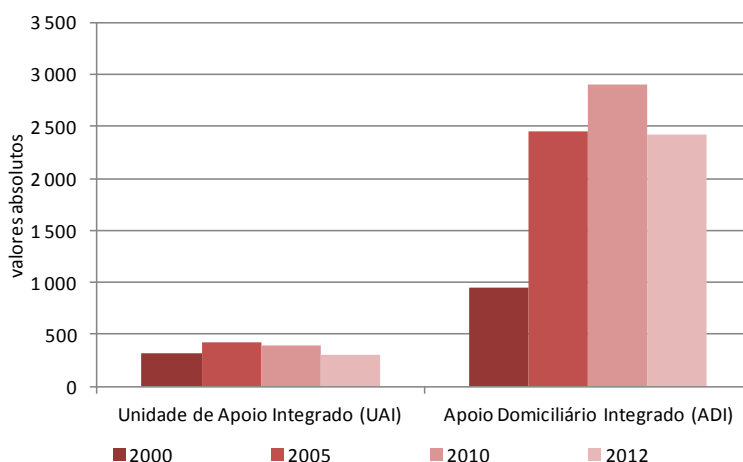


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A capacidade das respostas sociais direcionadas a este grupo-alvo registou um crescimento até 2010, observando-se porém, um decréscimo nos últimos anos.

O aumento do peso da população idosa, especialmente dos *grandes idosos* com idade igual ou superior a 85 anos, e do número de idosos em situação de dependência conduziu à necessidade de crescimento do número de respostas e da sua capacidade entre 2000 e 2010, sobretudo de respostas de ADI.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000-2012

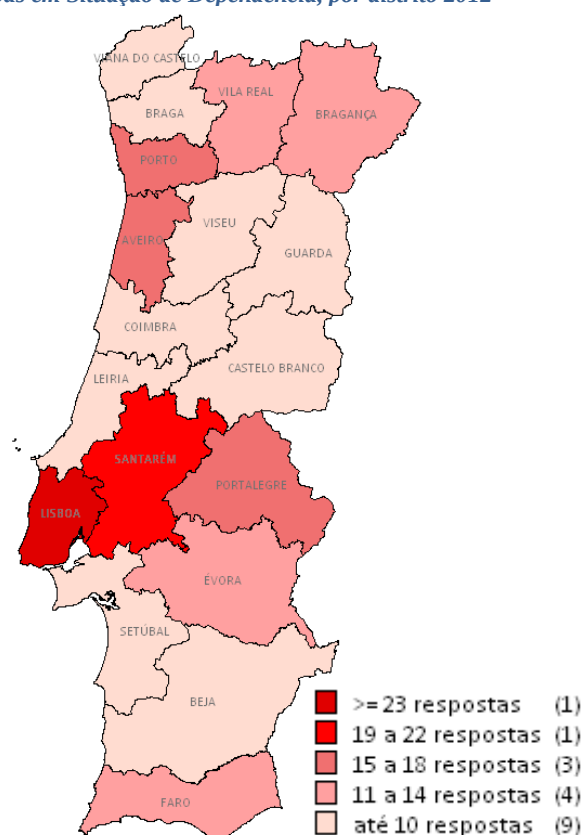


Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

Da distribuição das respostas sociais destinadas às Pessoas em Situação de Dependência observa-se a sua implementação por todo o país.

Os distritos de Lisboa e Santarém registaram em 2012 o maior número de respostas.

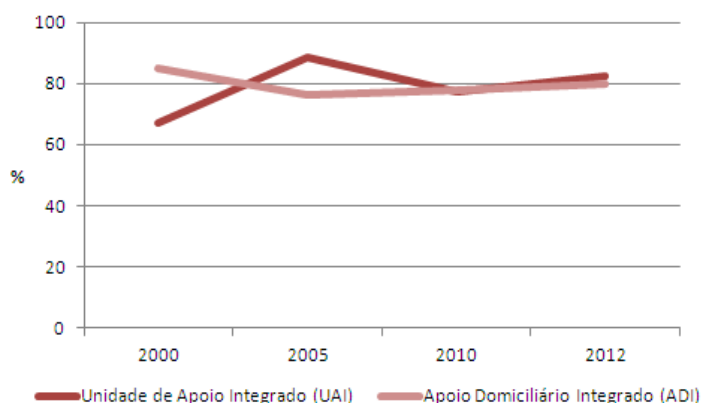
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, por distrito 2012



Taxa de utilização das respostas sociais

A taxa de utilização das respostas sociais para esta população-alvo, apesar das oscilações observadas ao longo do período de análise, situava-se em 2012 acima dos 80 %, tanto no caso da UAI (83 %), como da resposta ADI (80 %), revelando a procura deste tipo de respostas.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000-2012



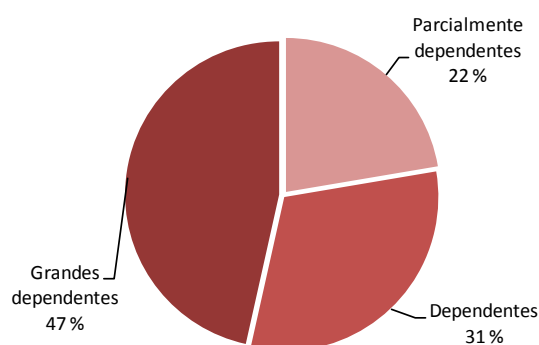
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Caracterização dos utentes das respostas para pessoas em situação de dependência, 2012

Utentes por grau de dependência

Os grandes dependentes constituem quase metade dos utentes (47 %) destas respostas, o que traduz a importância destas valências ao assegurarem o apoio na prestação de cuidados em situações em que as famílias muitas vezes não têm capacidade.

Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por grau de dependência, Continente 2012

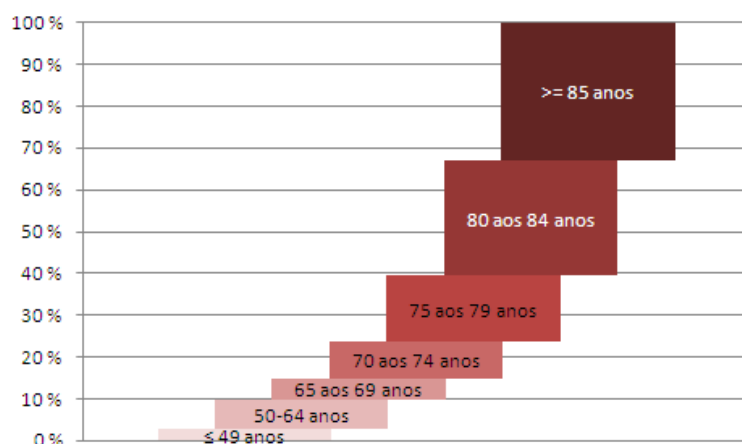


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Utentes por escalão etário e género

Em termos etários, destaca-se o peso dos *grandes idosos*, sendo que mais de 75 % dos utentes destas respostas apresenta idade superior aos 75 anos, dos quais 33 % tem mais de 85 anos.

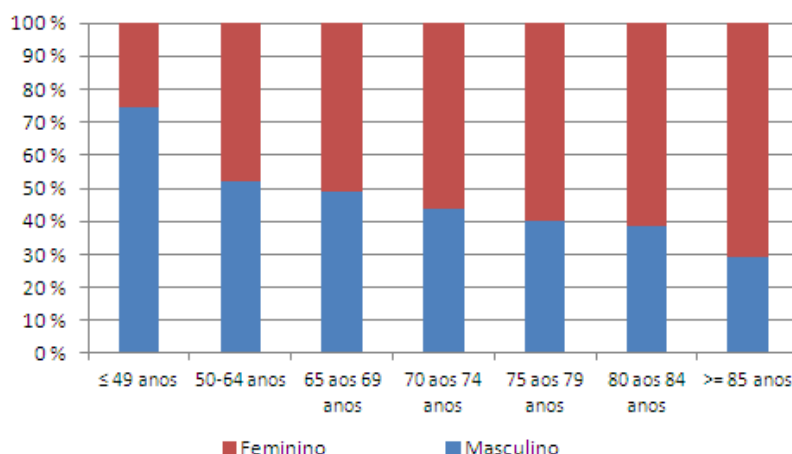
Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por escalão etário, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

À semelhança das respostas sociais dirigidas à Pessoas Idosas, o género feminino tem uma representação maioritária em quase todos os grupos etários, aumentando o seu peso conforme se avança nos escalões etários.

Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por escalão etário e género, Continente 2012



Fonte: GEP-MSSS, Carta Social.

3.5 - Família e Comunidade

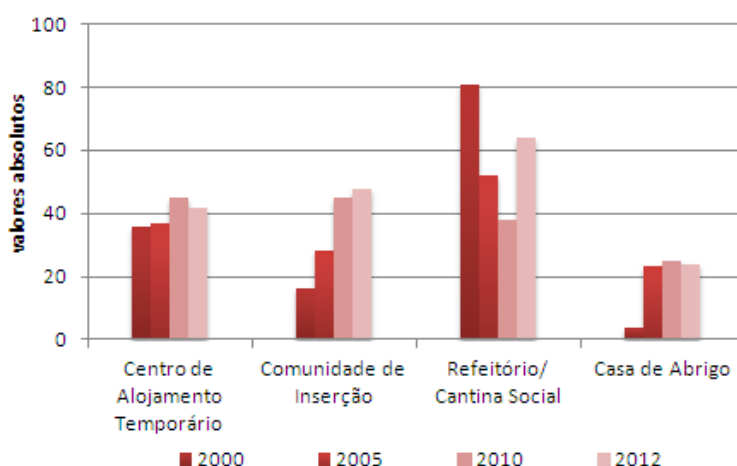
Respostas sociais e capacidades

As respostas dirigidas à Família e Comunidade têm apresentado um crescimento muito positivo entre 2000 e 2012 (30 %), traduzindo o esforço e empenho das instituições sociais no apoio aos grupos mais vulneráveis.

No ano de 2012 é de salientar o aumento dos Refeitórios/Cantinas Sociais, que apresentam um novo impulso através do Programa de Emergência Social (PES), desempenhando um papel de extrema importância no apoio às comunidades.

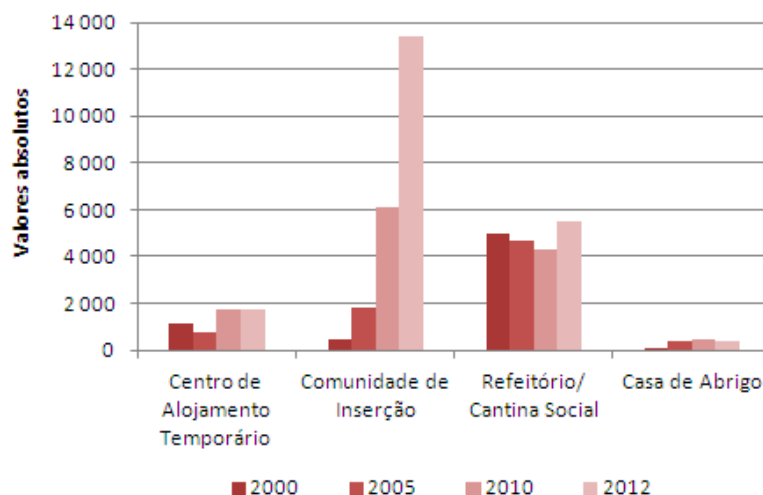
A capacidade de resposta destes serviços tem acompanhado o aumento do número de valências, destacando-se no ano de 2012 o incremento da Comunidade de Inserção.

Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 2000 - 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente 2000 - 2012



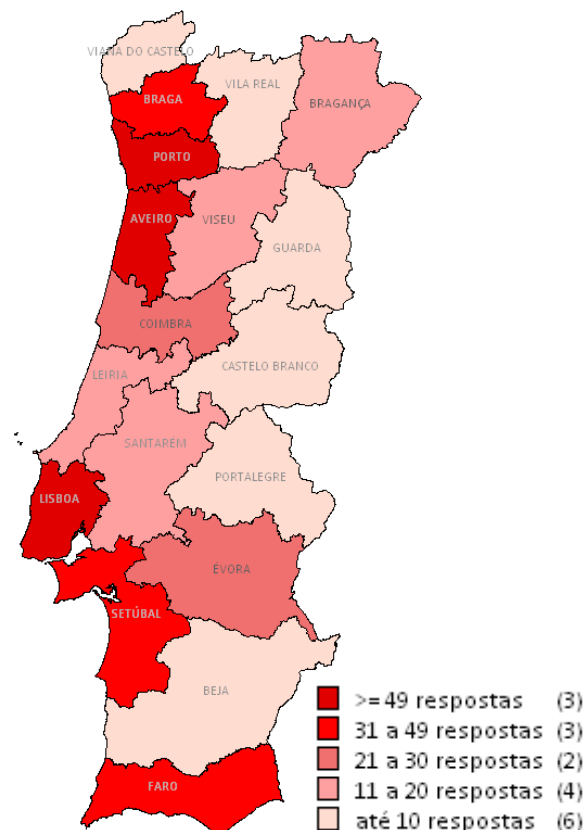
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial do conjunto de respostas dirigidas à Família e Comunidade demonstra a existência deste tipo de respostas em todos os distritos do Continente.

Os distritos dispostos ao longo da faixa litoral apresentam um maior número de respostas, sendo que o Porto, Aveiro e Lisboa constituem os distritos que registam uma maior implantação destas valências.

Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito 2012



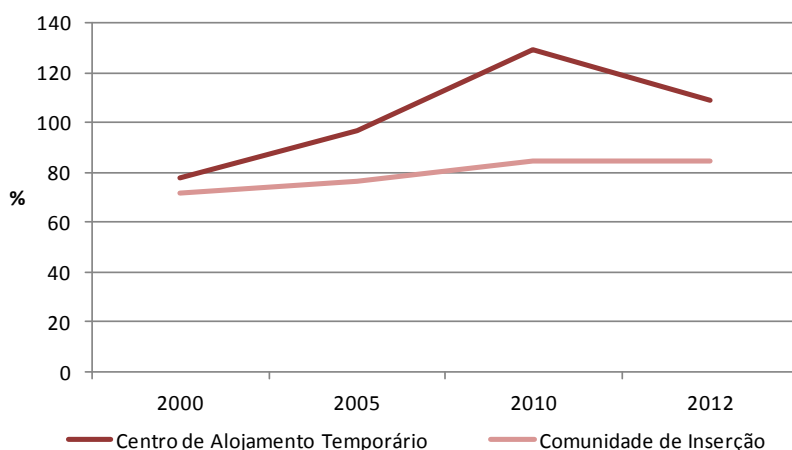
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A taxa de utilização destas respostas sociais registou em 2012 uma ligeira diminuição, situando-se nos 89 %.

O Centro de Alojamento Temporário, de acordo com a informação disponibilizada, constitui a resposta que apresenta a maior descida, mantendo-se contudo, ainda em situação de sobrelotação.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 2000-2012

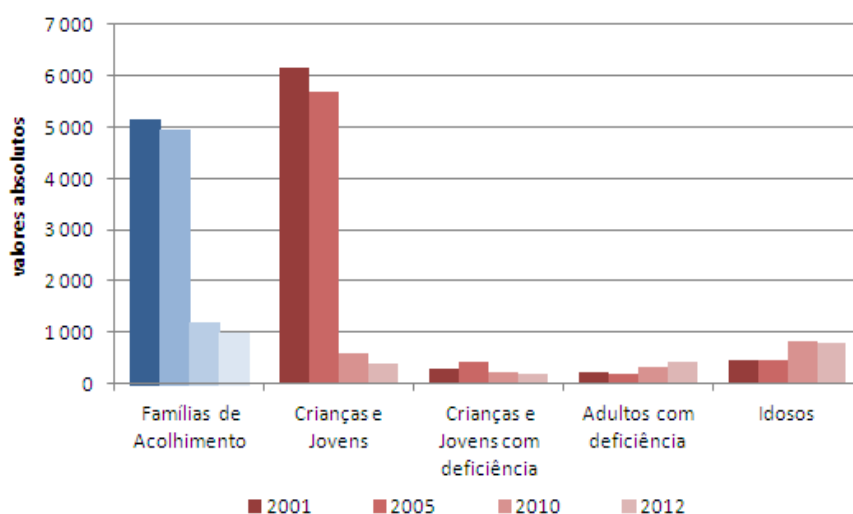


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A resposta social Acolhimento Familiar

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que regula o regime de aplicação do acolhimento familiar, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, apenas podem candidatar-se “[...] como famílias de acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adoção”.

Evolução do número de famílias de acolhimento e de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente 2001-2012

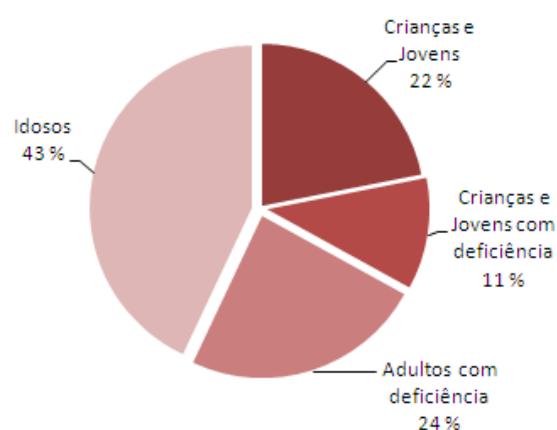


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

O universo das famílias de acolhimento alterou-se substancialmente com a alteração da conceção de acolhimento familiar. Desde 2008, registou-se um decréscimo tanto do número de famílias, como do número de crianças e jovens acolhidos. Por outro lado, o acolhimento de idosos tem ganho outra expressão.

Em 2012, o número de famílias de acolhimento decresceu 8 % relativamente a 2011, enquanto o total das pessoas acolhidas baixou 7 %. O número médio de pessoas acolhidas por família manteve-se, contudo, à semelhança de 2011, em 1,8.

Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Os idosos, que registam um crescimento de 71 % entre 2001 e 2012, representavam em 2012 o grupo com maior peso (43 %) no conjunto das pessoas acolhidas, seguindo-se as Crianças e Jovens com e sem deficiência (33 %).

A nível distrital, a distribuição do número de famílias varia consideravelmente em cada um dos distritos.

À exceção de Beja e Castelo Branco, a resposta de acolhimento familiar é desenvolvida em todo o território continental, embora Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real concentrem 82 % do total de famílias de acolhimento.

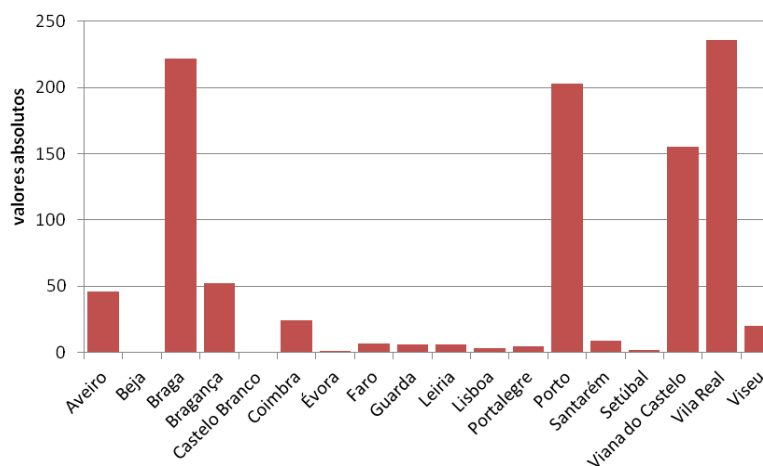
No que diz respeito aos grupos-alvo acolhidos, verifica-se que dos 11 distritos em que são acolhidos idosos, em 7 o peso deste grupo é superior a 40 %. É de salientar, também, que em todos os distritos são acolhidas crianças e jovens (com ou sem deficiência), sendo que em 4 só são acolhidas pessoas deste grupo.

3.6 - Pessoas Toxicodependentes

Respostas sociais e capacidades

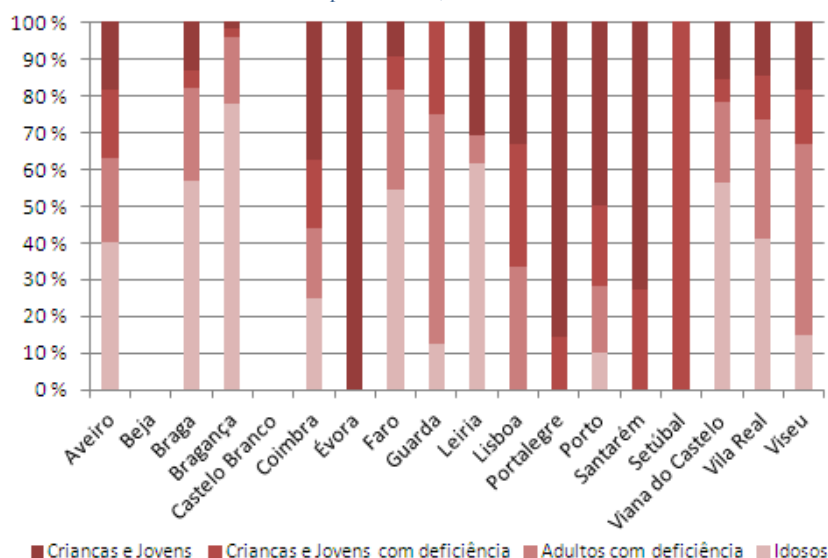
O número de respostas dirigidas às Pessoas toxicodependentes tem registado um crescimento importante desde 2000 (58 %), embora nos últimos anos se verifique uma estabilização dos valores alcançados.

Distribuição das Famílias de Acolhimento por distrito, 2012



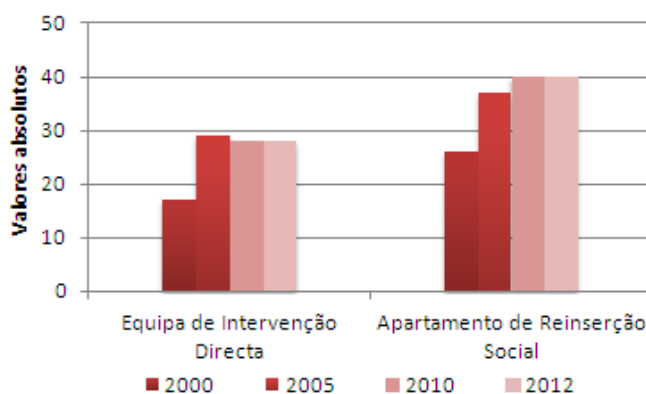
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito, 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 2000 – 2012

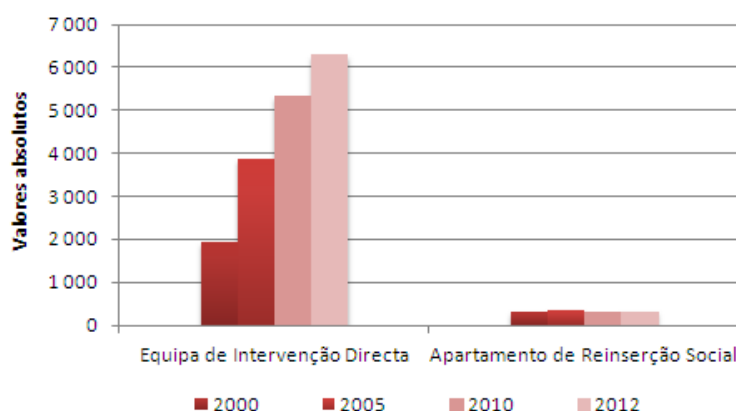


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Em termos da capacidade das respostas, a sua evolução tem acompanhado a tendência de crescimento do número de respostas sociais.

É de salientar, que a Equipa de Intervenção Direta apresentou em 2012 um incremento de 20 %, relativamente ao ano anterior.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 2000 – 2012



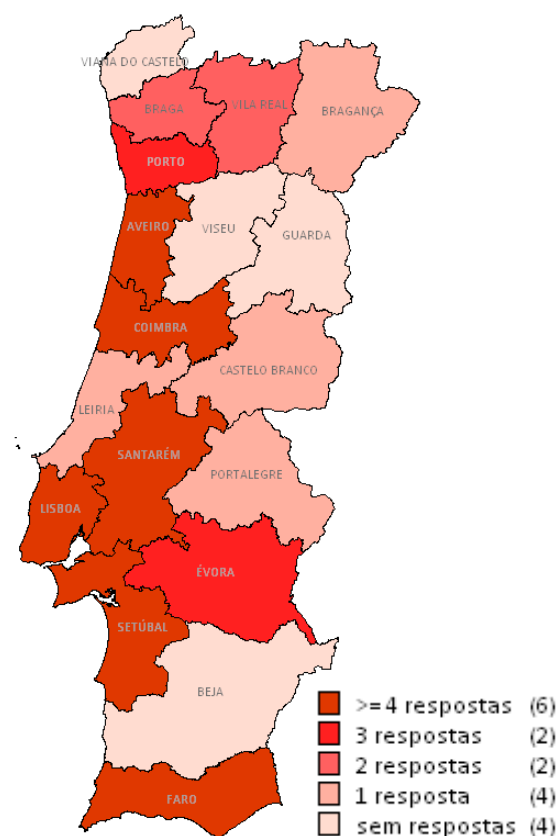
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial das respostas sociais dirigidas às Pessoas Toxicodependentes verifica algumas assimetrias ao longo do território continental.

Do total de distritos do continente, apenas quatro distritos (Viana do Castelo, Viseu, Guarda e Beja) continuam a não ter implantada qualquer valência para este grupo, sendo que Aveiro, Coimbra, Santarém, Lisboa, Setúbal e Faro concentram a maioria das respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, por distrito 2012



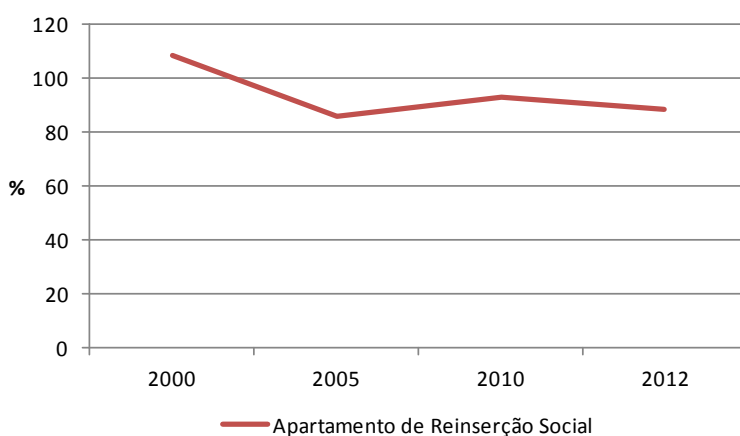
Fonte: GEP-MSSS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social tem-se mantido desde 2005 acima dos 85 %.

No ano de 2012, a taxa de utilização fixou-se nos 89 %, representando um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social, Continente 2000 – 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

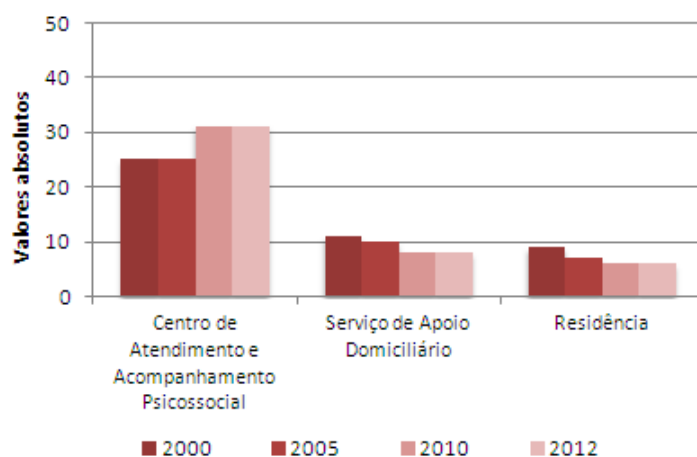
3.7 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Respostas sociais e capacidades

As respostas da RSES que se dirigem às Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida, embora registem algumas oscilações no período de análise, apresentam desde 2010 alguma estabilização.

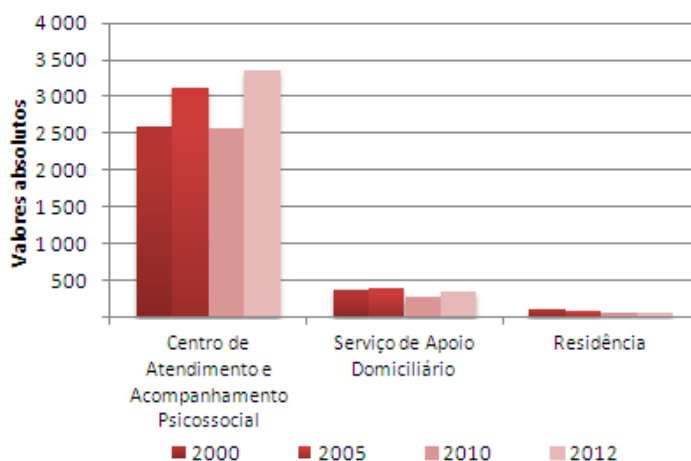
A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhando o evolução do número de respostas sociais, verificando-se em 2012 um crescimento no Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (33 %) e no Serviço de Apoio Domiciliário (32 %).

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000 – 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000 – 2012



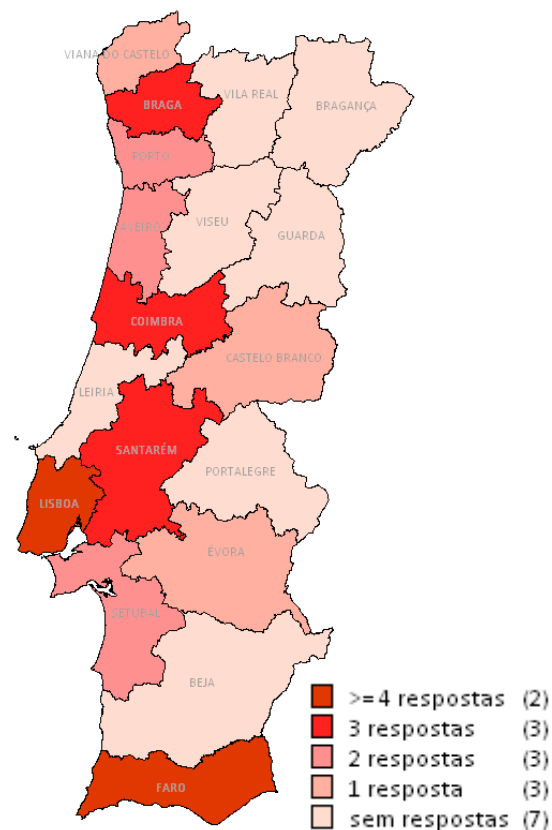
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição no território continental das respostas destinadas às Pessoas Infectadas pelo VIH/ SIDA revela algum desequilíbrio, sendo que a faixa litoral concentra um maior número de respostas.

Dos 18 distritos do continente, 11 apresentam respostas para este grupo-alvo, 5 dos quais registam 3 ou mais respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por distrito 2012

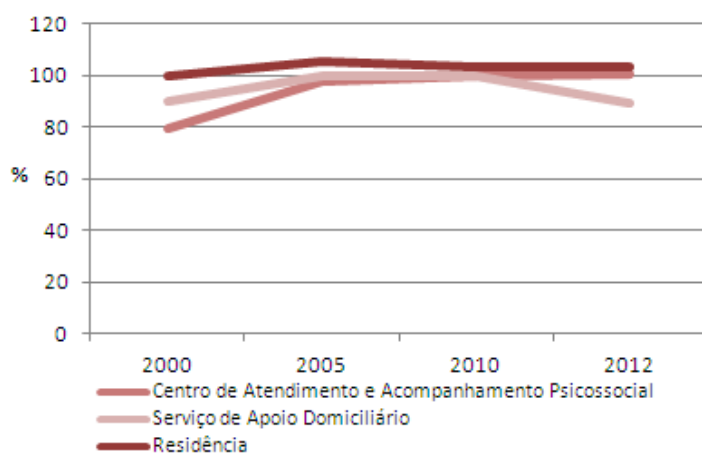


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A taxa de utilização das respostas sociais para este grupo alvo continua a registar, à semelhança de anos anteriores, níveis elevados de utilização, trazendo a procura por este tipo de serviços.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000 – 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.8 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

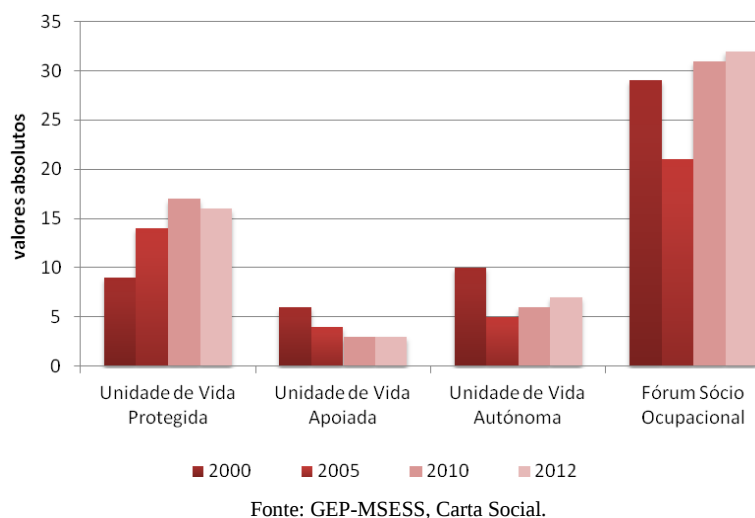
Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais para o grupo das Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico têm apresentado algumas oscilações ao longo do período de análise.

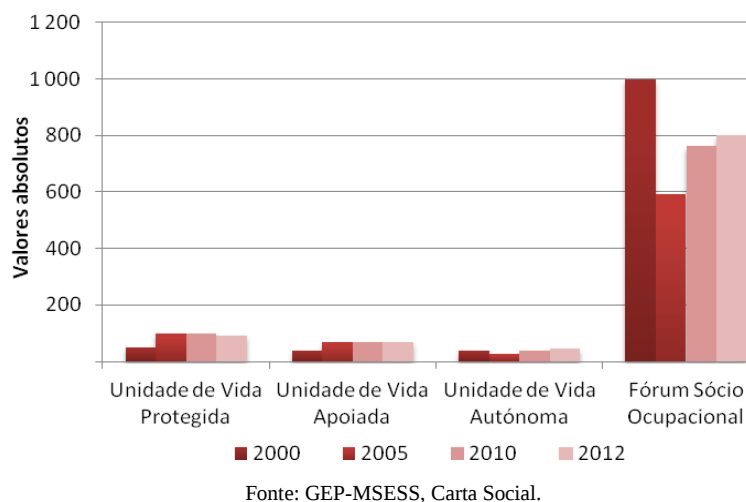
As respostas Unidade de Vida Autónoma e Fórum Sócio Ocupacional mantêm em 2012 a tendência de crescimento iniciada em 2005, ao passo que as Unidades de Vida Apoiada e Protegida registam um decréscimo, no caso desta última apenas observado em 2012.

A capacidade instalada das respostas para este grupo-alvo, verifica igualmente algumas variações. À semelhança do número de respostas, a Unidade de Vida Autónoma e o Fórum Sócio Ocupacional mantêm um crescimento da capacidade verificado nos anos anteriores, enquanto as Unidades de Vida Apoiada e Protegida verificam uma ligeira estabilização do número de lugares em 2012.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000-2012



Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000-2012

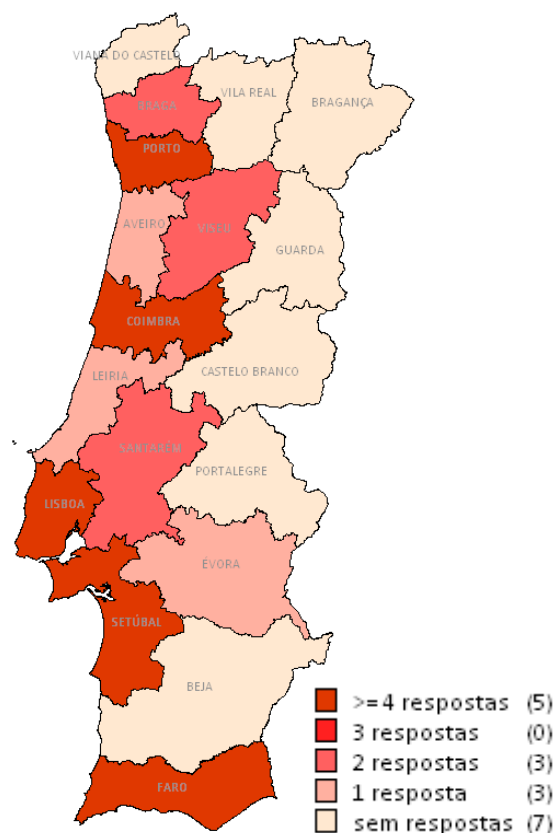


Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição territorial das respostas sociais para a área da saúde mental revela algumas assimetrias a nível distrital.

Do total dos distritos do continente, 11 oferecem respostas para esta população-alvo, 5 dos quais apresentam 4 ou mais respostas (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro).

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, por distrito 2012

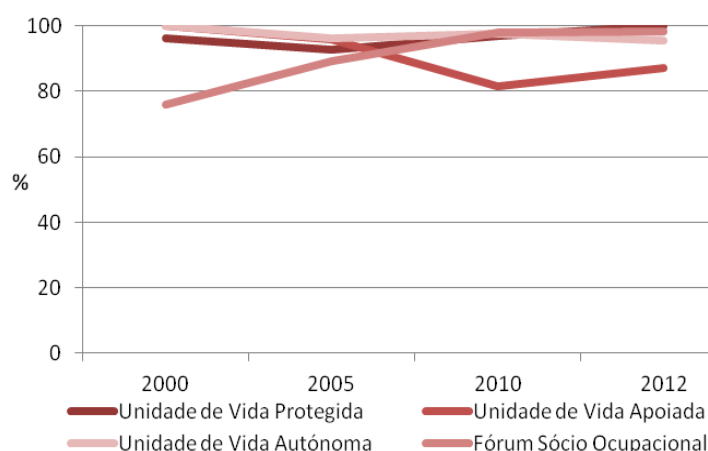


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A utilização destas respostas sociais mantém-se em 2012 próxima da ocupação plena (98 %), apenas a resposta Unidade de Vida Apoiada regista uma taxa de utilização abaixo dos 90 %.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000- 2012



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

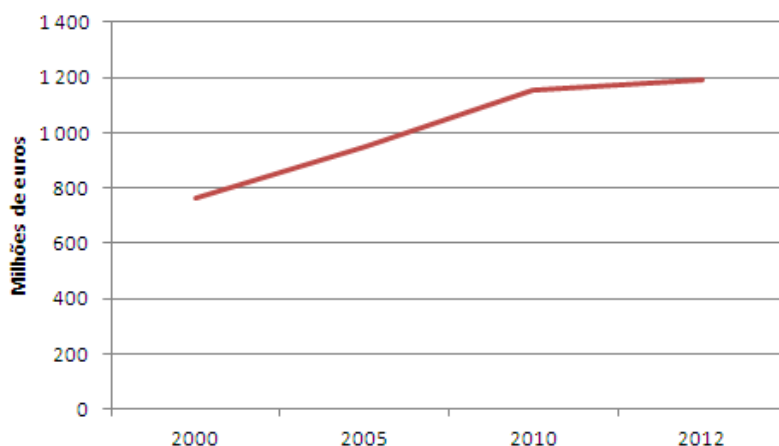
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: esforço público

Despesa de funcionamento³

O funcionamento das respostas da Rede de Serviços e Equipamentos é suportado fundamentalmente com base nos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as IPSS, pela comparticipação do utente e/ou do familiar e pelas receitas próprias das instituições.

A despesa com acordos de cooperação regista um crescimento muito significativo desde 2000 (56 %), quer pela atualização anual dos valores de comparticipação da Segurança Social por utente, quer pelo aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Relativamente ao ano anterior, a despesa com acordos de cooperação teve um aumento de 2 % em 2012.

Evolução da despesa com acordos de cooperação, Continente 2000-2012



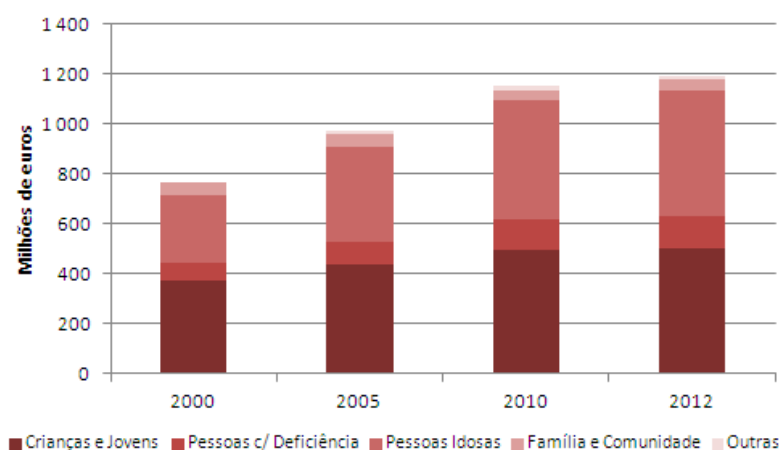
Fonte: MESS - IGFSS, Conta da Segurança Social.

Despesas de funcionamento por população-alvo

As áreas das Crianças e Jovens e das Pessoas Idosas são as que apresentam os maiores encargos financeiros ao longo do período de análise, seguidas pela área das Pessoas com Deficiência.

Em 2012, e à semelhança do ano anterior, 84 % das despesas de funcionamento respeitaram a respostas do âmbito do apoio às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas.

Evolução da despesa de funcionamento por população-alvo, Continente 2000 – 2012

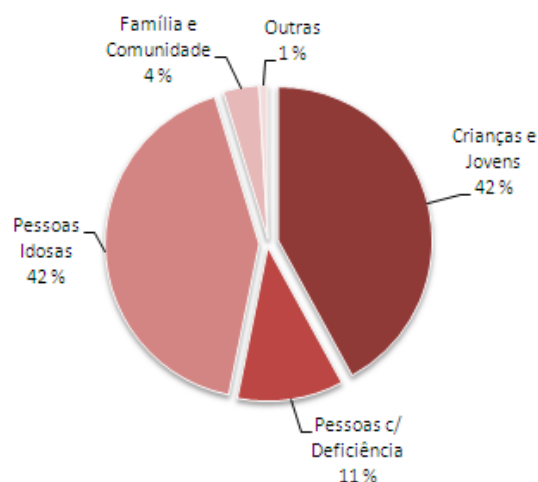


Fonte: MESS - IGFSS, Conta da Segurança Social.

³ Não inclui o valor da despesa relativa ao funcionamento dos estabelecimentos integrados.

As respostas dirigidas às Pessoas com Deficiência, que têm apresentado um aumento da despesa nos últimos anos, traduzindo o esforço que tem sido realizado nesta área, representaram em 2012 11 % das despesas de funcionamento com as respostas da RSES.

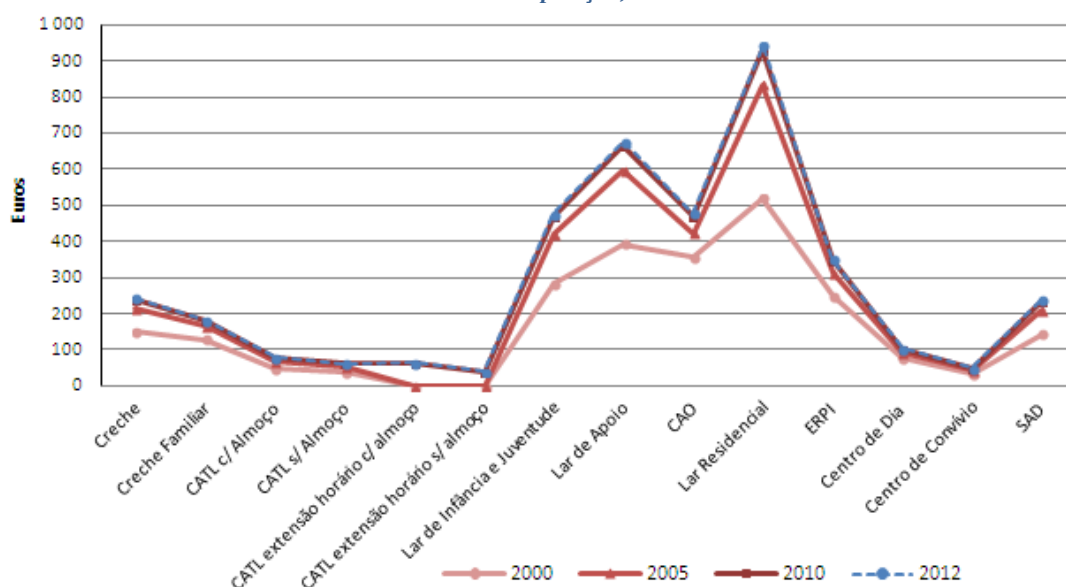
Distribuição percentual da despesa de funcionamento por população-alvo, Continente 2012



Fonte: MESS - IGFS, Conta da Segurança Social.

As respostas do âmbito da Família e Comunidade, assim como de outras populações-alvo, designadamente Pessoas Toxicodependentes, Pessoas infectadas com VIH/SIDA, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas em Situação de Dependência, representaram em 2012, em conjunto, 5 % dos encargos.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente 2000-2012



Fonte: Protocolos de Cooperação.

Comparticipação da Segurança Social - acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social relativamente às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação, foi atualizado em 0,9 % em 2012, face a 2011. O Lar Residencial e o Lar de Apoio, respostas do âmbito do apoio às Pessoas com Deficiência, consistem nas valências com o valor da comparticipação financeira da Segurança Social mais elevado, atendendo às especificidades que as caracterizam.

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitava, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência**CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes**EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica**CENTRO DE ATENDIMENTO**

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS**APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS**

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.